

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AVEIRO

ACTA Nº 59

Aos vinte e três dias do mês de Setembro de mil novecentos e noventa e seis, nesta cidade de Aveiro e Salão Cultural do Município, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, na primeira reunião da sessão ordinária do mês de Setembro, sob a Presidência do Presidente, Rogério da Silva Leitão, Secretariado pelos Vogais, António de Sousa Dinis Correia e João Gabriel Ferreira Santos, respectivamente Primeiro e Segundo Secretários eleitos e com a presença dos Vogais, Manuel Rodrigues Simões, Fernando Tavares Marques, José Ferreira de Almeida, Manuel Branco Pontes, Manuel Rodrigues Bolais Mónica, Artur Lopes Lobo, Gonçalo Nuno Caetano Alves, Joaquim dos Santos Abreu, João Tavares Duarte, Armando Manuel Dinis Vieira, Artur da Rosa Pires, Carlos Manuel da Silva Santos, Francisco Manuel Alves da Costa Braga, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, Nuno Teixeira Lopes Tavares, Lourenço Martins dos Santos, Raul Ventura Martins, Custódio das Neves Lopes Ramos, Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Álvaro Patrício do Bem, João Ferreira da Peixinha, João Alberto Simões Barbosa e António Manuel dos Santos Salavessa.

Pelas 18,00 horas, o Sr. Presidente da Mesa declarou aberta a presente reunião.

Procedeu-se à chamada e verificaram-se as faltas dadas pelos Vogais, Manuel Simões Madail, Manuel Arede de Jesus, Élio Manuel Delgado da Maia, Diogo Manuel Soares Machado, José Alberto Martins de Carvalho, José Maria Dias da Silva, Olinto Henrique da Cruz Ravara, Manuel Ferreira da Cruz Tavares e Libério da Silva Santos.

Jun
PH

Seguidamente o Sr. Presidente da Mesa deu nota dos pedidos de justificação de faltas apresentados pelos Vogais, Gonçalo Nuno Caetano Alves e Libério da Silva Santos, os quais foram aceites e consideradas justificadas as respectivas faltas.

Continuando no uso da palavra leu a ordem de trabalhos da sessão ordinária do mês de Setembro, cujos pontos a seguir se transcrevem:

"1 - *COMUNICAÇÃO ESCRITA DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL;*

2 - *DERRAMA - LANÇAMENTO DA PERCENTAGEM PARA O ANO DE 1997;*

3 - *CONTRIBUIÇÃO AUTÁRQUICA - DEFINIÇÃO DA TAXA A APLICAR NO ANO DE 1997;*

4 - *PROJECTO DE REGULAMENTO DE TAXAS EM LICENCIAMENTO DE OBRAS PARTICULARES;*

5 - *SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS - PROJECTO DE REESTRUTURAÇÃO;*

6 - *PROJECTO DE REGULAMENTO MUNICIPAL DOS SISTEMAS PÚBLICOS E PREDIAIS DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA E DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS;*

7 - *AQUISIÇÃO DE BENS - TERRENO DESTINADO AO TIF;*

8 - *CENTRO DE SAÚDE DE ESGUEIRA - LOCALIZAÇÃO. "*

Seguidamente deu nota de toda a correspondência recebida, informando os Srs. Deputados que a mesma se encontra disponível para consulta no Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal.

Imediatamente a seguir o Sr. Presidente da Mesa submeteu as seguintes actas à discussão e votação do plenário:

ACTA Nº 47 - Submetida à discussão não se registaram intervenções. Posta à votação veio a mesma a merecer aprovação por unanimidade.

ACTA Nº 48 - Submetida à discussão não se registou qualquer intervenção, pelo que de imediato foi posta à votação, tendo a mesma merecido aprovação por unanimidade.

De seguida entrou-se no período de antes da ordem do dia:

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Vogal Filipe Neto Brandão:

Deu
Tej
Bo

"Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Srs. Membros da Mesa, demais Vogais desta Assembleia, Sr. Presidente, Srs, Vereadores;

Gostaria de usar este período de antes da ordem do dia, para interpelar directamente o Sr. Presidente da Câmara Municipal;

Assim, Sr. Presidente, há oito dias a esta parte, num programa de rádio em que foi entrevistado, confessou ter V. Ex^a uma paixão, qual seja: - o Parque de Feiras e Exposições de Aveiro; ainda bem que a tem, pois é sobre tal paixão que eu gostaria hoje de o inquirir, agradecendo desde já os esclarecimentos que V. Ex^a certamente não deixará de prestar. Assim, fui recentemente confrontado com a existência de um regulamento relativo a um dos certames anuais realizados no Parque de Feiras, mas cujo teor constatei posteriormente ser válido para os demais certames, que suscitou em mim a maior estupefacção e incredulidade, tantos e tão variados são os atropelos à lei nele contidos.

E, a primeira irregularidade é, desde logo, a sua existência, pois a competência regulamentar no âmbito do concelho é da Assembleia Municipal e só desta, e tal não é o caso do aludido regulamento. A Câmara Municipal não ignora tal facto basilar, perceituado no artº 39º do Decreto-Lei 100/84, o qual determinará desde logo a invalidade de qualquer regulamento aprovado fora do seio da Assembleia Municipal. Acresce que, juridicamente, como norma secundária que é, o regulamento tem na lei o seu fundamento e parâmetros de validade, nos termos do disposto no artº 115º, nº 7, da Constituição da República Portuguesa, o que significa que qualquer regulamento tem sempre de indicar ou a lei que visa complementar ou a lei que lhe atribui competência (a chamada lei de habilitação) sem o que, o regulamento é inválido. Não se verificando neste caso, também por esta via, os regulamentos que regem o Parque de Feiras encontram-se em clara violação de lei. A estas ilegalidades que reputamos de incontroversas, acresce a ilegalidade decorrente do objecto sobre que incidem; na verdade, nos citados regulamentos vêm fixadas taxas, ora, é sabido de todos que só a Assembleia Municipal pode, e passo a citar, "estabelecer nos termos da lei taxas municipais e fixar os respectivos quantitativos" (artº 39º nº 2, alínea I, do decreto-lei 100/84).

Quando por exemplo no artº 109 do Regulamento da Feira de Março de 1986 se lê que: "as taxas, preços de utilização e base de licitação, constantes deste regulamento podem ser anualmente actualizados pela Câmara Municipal sobre proposta da Comissão Executiva", tal só pode ser entendido como a viloção intencional e consciente da lei que a Câmara Municipal não ignora; tal bastaria a nosso ver, para justificar por parte de

João
João
João

V. Ex^a a prestação de esclarecimentos relativos ao funcionamento do Parque de Feiras e Exposições de Aveiro. Mas, uma outra interrogação que emerge legitimamente da matéria em análise, é que, se as verbas obtidas do modo supra referido parecem sê-lo em violação de lei, que dizer do modo como são administradas? assim, logo no art^o 3^o do regulamento em que se baseia o nosso raciocínio, se lê que: "as feiras são da iniciativa da Câmara Municipal que nomeia uma Comissão Executiva encarregada da sua organização"; qual Sr. Presidente, a natureza jurídica desta entidade que no dizer da Câmara Municipal é por si nomeada mas que surge também adiante referida como um ente autónomo em relação àquela para efeitos indemnizatórios, designadamente os art^{os} 78^o a 80^o, quando se diz que, "nem a Câmara Municipal, nem a Comissão Executiva, respondem por prejuízos causados a terceiros" e, finalmente, surge ainda como capaz de propôr à Câmara Municipal, actualizações de taxas? o que vem referido no atrás citado art^o 109^o. Não gozando a tal entidade de personalidade jurídica, o que julgamos incontroverso, como configurá-la como ente autónomo de imputação de direitos e obrigações?

Finalmente gostaria de ver esclarecido um derradeiro ponto: porque é que tratando-se de iniciativas da Câmara Municipal, as verbas arrecadadas pelas ditas Comissões, constituem, como se lê nos citados regulamentos, receita do Parque de Feiras e Exposições, e não pura e simplesmente receita da Câmara Municipal? porque é que os cheques por essa via obtidos, são como se lê, remetidos à ordem, não da Câmara Municipal, mas à ordem do Parque de Feiras e Exposições de Aveiro? acaso estaremos Sr. Presidente, relativamente a estas verbas, perante um tratamento contabilístico distinto das demais receitas camarárias? se estamos, com que legitimidade e ao abrigo de qual disposição legal? são estas questões Sr. Presidente, que gostaríamos de ver por parte de V. Ex^a, respondidas desapaixonadamente, isto é, com objectividade".

Vogal Armando Vieira:

"Sr. Presidente, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Srs. Membros da Assembleia;

Venho aqui na minha qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de Oliveirinha, queixar-me e solicitar ao Sr. Presidente da Câmara, através de V. Ex^a Sr. Presidente da Assembleia, que seja feita uma inflexão de atitudes no sentido de que sejam tratadas todas as freguesias por igual e respeitada a representatividade das Juntas de Freguesia, violada de forma que julgávamos afastada dos métodos de actuação do Executivo

Luís
PP
Luís

Municipal. Há vários anos que vimos pedindo apoio no sentido de serem viabilizados pequenos troços de abastecimento de energia eléctrica, para abastecimento de famílias débeis; sempre nos foi dito que tal só era possível por iniciativa dos próprios. Qual não é o nosso espanto, quando constatámos que o que não era possível a pedido de um órgão eleito pelo povo, vai ser possível a pedido de um militante do PP; o que tem a dizer sobre isto Sr. Presidente da Câmara...? há três anos foram construídas duas salas para Jardins de Infância, pelo mesmo empreiteiro, com o mesmo Caderno de Encargos: constatou-se ser de má qualidade a construção em causa, necessitando de obras urgentes e, disso demos conhecimento à Câmara em tempo oportuno, apesar dos serviços técnicos competentes terem informado a Câmara que o telhado e os tectos das duas salas, uma em cada freguesia, precisavam de obras urgentes, constatámos que tinham sido ordenadas obras numa das salas - freguesia PP; e a sala de Quintãs/Oliveirinha foi marginalizada; o que tem a dizer sobre isto Sr. Presidente da Câmara...? nos anos de 95/96 a ARCO (Associação Recreativa Cultural de Oliveirinha), solicitou insistentemente um subsídio para equipamento do Posto Médico; apesar dos escalões etários que mantém em actividade na freguesia e de outras circunvizinhas que praticam desporto no complexo desportivo local, não tiveram êxito, mesmo que pálido, por comparação com outros clubes desportivos do concelho, que têm recebido milhares de contos, o que têm a dizer sobre isto Sr. Presidente da Câmara? quanto às actividades e realizações para o ano em curso, temos que dizer que correu bem o contrato programa, as obras deste contrato estão executadas na freguesia de Oliveirinha, tivemos o cuidado de as executar no Verão, as obras do Plano de Actividades do Município, estão hoje, dia 23 de Setembro, todas por começar; o que tem a dizer sobre isto Sr. Presidente da Câmara? vai ser recuperada a antiga E.N. 235, que vai do "Pingo Doce" até Mamodeiro, mas, apenas no troço em mau estado na freguesia de S. Bernardo e bem, mas pergunto: e o troço da mesma em mau estado na freguesia de Oliveirinha? mais propriamente no lugar da Costa do Valado, porquê esta discriminação Sr. Presidente? foi a concurso a reabilitação da E.N 335, Eucalipto, limite do concelho, eu pergunto: a candidatura aprovada pela Direcção Geral de Viação para instalação de limitadores de velocidade semaforicos está assegurada para a sacrificada zona compreendida entre a Capela das Quintãs e a Discoteca Estação da Luz, onde houve dezoito acidentes mortais nos últimos seis anos? no comunicado de V. Ex^a, consta a aprovação entre outros, do Plano de Pormenor das Glicínias; entretanto, o Plano de Pormenor da zona

*Deu
Ost
P. Paula*

Envolvente da C+S em Oliveirinha, pedido há bastante mais tempo, está por iniciar, pergunto, os interesses privados sobrepõem-se aos interesses colectivos? o que tem a dizer sobre isto Sr. Presidente da Câmara? há vários anos a esta parte a Câmara não limpa as valetas e não atribui qualquer subsídio às Juntas: Sr. Presidente, o simples facto de todas as freguesias estarem de acordo, de as freguesias da cidade reconhecerem a justeza da nossa pretensão, não é para V. Ex^a motivo suficiente para levar à deliberação municipal esta nossa pretensão? não acha que as nossas propostas deveriam merecer mais respeito de V. Ex^a? o dinheiro que V. Ex^a administra, não é também resultante dos impostos pagos pelos residentes das áreas rurais? V. Ex^a, desconsidera ainda as freguesias rurais e respectivas Juntas, ao não levar em consideração nas representações que faz deslocar aos mais variados sítios, um Presidente de Junta sorteado entre os seus pares, dado também serem representativos do concelho de Aveiro, em que conta nos tem Sr. Presidente da Câmara? seremos assim tão merecedores de desprezo e não saberemos comportar-nos nos locais apropriados?

Passando a assuntos de interesse mais geral, quanto é que a Câmara já recebeu da venda dos terrenos do Cojo? quanto é que falta receber e a que fins destina esse dinheiro?

Era comum nos tempos do anterior Governo criticarem-no e bem, pela retirada de alguns serviços de Aveiro, pergunto: o que já fez o Partido Socialista de Aveiro no sentido de devolver a Aveiro aquilo que lhe foi retirado? que atitudes tomou a Câmara com este Governo, no mesmo sentido? qual a posição da bancada e dos Deputados do PS de Aveiro pela recentemente reconhecida discriminação da nossa cidade e do nosso distrito pela recusa da RTP de instalar uma delegação em Aveiro? o que fez a Câmara neste sentido? que protestos apresentou? em que somos inferiores a Viseu ou Coimbra? quem nos defende de todos os desmandos de todos os Governos que nos queiram prejudicar? qual o parecer da Câmara Municipal de Aveiro sobre o Plano Rodoviário 2 000? que atitude tomou, à iniciativa deste Governo de atirar para as calendas o troço do ICI? quais as explicações deste adiamento? apresentou ou tem a Câmara intenção de apresentar propostas no âmbito do Plano Rodoviário 2 000, tendentes a melhorar a circulação em redor da nossa cidade? não merecemos que seja por exemplo proposta a construção de uma circular no âmbito do mesmo Plano e nele consagrado?

Por último Sr. Presidente, alerto V. Ex^a para uma coisa que eu noto e que o comum dos cidadãos já nota também - há sintomas graves de

quebra de autoridade na Câmara Municipal de Aveiro, há demissão de funções por parte de alguns elementos da Câmara, há inclusive infelizmente a registar o afastamento a meio tempo do Sr. Vereador que deveria de nos acompanhar nas freguesias e, para além destes, o aumento claro de uma coisa que eu pensava afastado da governação municipal, que era a discriminação das freguesias por coloração política".

Vogal António Salavessa:

"Sr. Presidente, dirigo-me de início à Mesa para informar de que faltei à última reunião da Assembleia Municipal, em virtude de não ter tomado conhecimento da respectiva convocatória; ora, não era necessário trazer isto aqui, mas trago-o porque deixei passar o prazo da respectiva justificação (que é de dez dias), o prazo regimental de justificação da falta, portanto eu não tomei conhecimento simplesmente por não estar em Aveiro, é essa a razão, não é por qualquer falta imputável à Mesa ou aos serviços, mas fico espantado, porque ouvi agora justificações de faltas referentes a Junho e a Julho; ora, não pode haver dualidade de critérios, repito, não a justifiquei porque deixei passar os dez dias previstos no Regimento, portanto, ou a Mesa não considera as justificações que são contrárias ao regimento, ou então eu sinto-me no direito de, de igual forma justificar esta falta, apesar do prazo já decorrido e, queria dizer que me é particularmente penoso ter faltado visto que, era um assunto por mim levantado, tal como por outros elementos nesta Assembleia, o problema das cheias e das inundações, e gostaria de ter estado presente.

O segundo aspecto tem a ver com a convocatória da sessão de hoje, se comparada com a sessão ordinária de Junho. É sabido que esta Assembleia não conseguiu por razões várias concluir a ordem de trabalhos prevista para Junho, era por isso natural que os assuntos que não foram debatidos ou que não foram resolvidos nessa Assembleia de Junho, transitassem no seu conjunto para esta Assembleia; é verdade que há um conjunto de matérias que transitam, mas há dois que, à cerca dos quais isso não acontece: um, é uma informação sobre o Sistema Multimunicipal de Resíduos Sólidos Urbanos do Litoral Centro, o outro, é uma informação sobre o Sistema Multimunicipal de Recolha Tratamento e Rejeição de Efluentes dos Municípios da Ria. Porque considero que estas duas questões são da maior importância para que esta câmara seja devidamente informada, solicito então que, neste período de "antes da ordem do dia" o Sr. Presidente da Câmara ou os Vereadores que ele considerar, forneçam as informações sobre um problema, ao qual teremos que estar naturalmente muito atentos.

Dem
PS
João Barbosa

Em terceiro lugar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o terceiro aspecto tem a ver com o Plano Estratégico da Cidade de Aveiro: é sabido e é público que o Plano Estratégico está a chegar à sua fase final, é sabido que está instituído o Gabinete da Cidade, mas esta Assembleia enquanto tal não teve ainda qualquer contacto depois daquela primeira abordagem numa fase muito inicial por parte do Gabinete, esta Assembleia nesta fase terminal não teve qualquer informação; e, se é verdade que porventura não cabe à Assembleia Municipal a aprovação do Plano Estratégico, eu lembrava a Câmara que, para que o Plano Estratégico venha a ser implementado, as acções concretas que nele venham a ser previstas, para que elas possam passar à vida real, precisam de ser incluídas em Planos de Actividades desta Câmara Municipal, Planos que terão que vir à Assembleia, por isso, era bom que antes deste processo ser dado por concluído, que a Assembleia pudesse dar enquanto tal, e repito, não se trata de ouvir o Partido a, b, ou c, mas a Assembleia no seu conjunto, em relação a este Plano Estratégico.

Por último, queria que fosse referido qual é a situação em relação aos horários do comércio".

Neste momento deram entrada na sala os Vogais Jorge Nascimento e João Pedro Dias.

Vogal João Barbosa:

"Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente da Câmara, antes demais gostava de felicitar o Sr. Presidente da Câmara e a Sra. Vereadora da Cultura, pela homenagem que prestaram ao grande barrista aveirense, José Augusto, ao mesmo tempo, aproveitava para sugerir à Câmara que, no próximo dia da cidade de Aveiro, lhe fosse concedida a Medalha de Mérito da Cidade; oportunamente farei chegar à Câmara por escrito esta recomendação.

Sr. Presidente o que é que se passa com a PC Gás? depois das ruas asfaltadas continuam a fazer buracos em tudo que é sítio: será que os serviços camarários não têm visto estas anomalias? Sr. Presidente, assisti à apresentação do estudo para o metro de superfície que vai atravessar a cidade; tive ocasião de dizer: "como continuam a esquecer as gentes da beira-mar...?" chamo a vossa atenção que um ramal pelo Canal de S. Roque, devidamente estudado, como eléctrico panorâmico, seria sempre um pólo de atracção turística, bem como um benefício para os habitantes daquela zona. Lembro mais uma vez que a juventude escolar que vive para aqueles lados, só tem transportes públicos a partir da Avenida Dr. Lourenço Peixinho. Sr. Presidente da Câmara, continuo a ler nos jornais que vão

João
APJ.
João Paulo

fechar metade da Avenida Dr. Lourenço Peixinho ao trânsito automóvel, assim como continuo a ler que vão infestar a freguesia da Vera-Cruz de parcometros, tudo isto com o acordo da Associação Comercial, e pedido dos comerciantes; os habitantes, os moradores, e o seu representante legítimo, a Junta de Freguesia da Vera-Cruz, não é ouvida nem achada, enfim, é ignorada; como estas atitudes são incoerentes...? o Sr. Vereador do Trânsito a pedido dos comerciantes que desejam que os clientes parem os automóveis à porta, montam parcometros, com todo o prejuízo para os moradores, só que se esquece que os compradores não precisam de ir de automóvel às compras, poi se até vão fechar estas zonas ao trânsito automóvel, fazendo-as zonas pedonais.

Chamava atenção ao Sr. Presidente da Câmara para o seguinte: neste mandato por diversas vezes os Presidentes de Junta de Freguesia têm-se insurgido pela forma como são tratados e ignorados pela Câmara a que V. Ex^a preside; é preocupante como continuam a ignorar os legítimos autarcas representantes das freguesias, eleitos democraticamente. Há pelouros que riscaram pura e simplesmente os Presidentes de Junta do seu protocolo: questiono se é por má fé ou por ignorância? como pôde V. Ex^a, excluir das quinze entidades que fazem parte do grupo de estudos finais para o Plano Estratégico da Cidade, um representante das Juntas de Freguesia?

Por último queria chamar a atenção de V. Ex^a para o seguinte: no passado dia seis, precisei de me dirigir à Câmara Municipal e estacionei o carro no Parque lateral da Câmara Municipal, devidamente identificado com um cartão; quando cheguei ao carro tinha sido multado, julgando que teria sido engano, desloquei-me ao Serviço de Trânsito da PSP, disseram-me que não havia engano, que recebiam muitos ofícios da Câmara e que eram pressionados constantemente pelo Sr. Tenente Coronel; ainda disse que me identificava como Presidente da Junta de Freguesia da Vera-Cruz, mas obtive como resposta que a Câmara ou o Sr. Tenente Coronel, pagassem a coima. Esta pressão do Sr. Tenente Coronel, é natural, visto que, na última reunião da Câmara ouvi-o dizer que falava todos os dias com a Secção de Trânsito. Naturalmente aborrecido, dirigi-me à Câmara para tentar falar com o Sr. Presidente: não o consegui. Entretanto chega-me à mão um ofício de uma deliberação Camarária, em que a Câmara, por proposta do Sr. Tenente Coronel, Albuquerque Pinto, e por unanimidade, delibera criar um cartão de cor bege, destinado a ser utilizado pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal, pelo Presidente da Câmara Municipal, pelos Vereadores e pelos Directores de Departamento da Câmara

João
J.P.
20/10/1996

Municipal e dos Serviços Municipalizados, podendo ser utilizado nos Parques de estacionamento laterais à Câmara Municipal e nos parcometros de toda a cidade; outro cartão de cor rosa, destinado a ser utilizado pelos membros da Assembleia Municipal e pelos Presidente das Juntas de Freguesia, e pode ser utilizado **apenas** nos Parques de estacionamento laterais à Câmara. Muito naturalmente, esta proposta pretensiosa, militarista e elitista, atingiu os seus objectivos; acima de tudo foi feita para retirar os cartões aos Presidentes de Junta! como se compreende que distribuam seis lugares para carros de Vereadores, membros da Assembleia, carros camarários, assim como Directores de Serviço? ao todo oitenta carros para seis lugares. Sr. Presidente da Câmara, na segunda Assembleia Municipal deste mandato, foi decidido pelo Sr. Presidente da Câmara, Sr. Dr. Girão Pereira, que fosse distribuído aos Presidentes da Junta de Freguesia um cartão isento de pagamento de estacionamento, uma vez que se deslocam constantemente à Câmara, a serviço da autarquia; Sr. Presidente da Câmara, é caricato e ridículo, os Presidentes das Juntas de Freguesia da Vera Cruz e Glória, onde se situam os parcometros, constantemente ao serviço da autarquia têm de pagar estacionamento, se calhar, o Sr. Vereador para ir tomar café à Av. Dr. Lourenço Peixinho, está isento de pagar estacionamento. Sr. Presidente da Câmara, os Presidentes de Junta de Freguesia merecem mais consideração e respeito, espero que V. Ex^a, reconsidere e altere esta proposta, dando da mesma conhecimento à Secção de Trânsito da PSP".

Neste momento entraram na sala os Vogais Vitor Mangerão e Ernesto Barros.

Vogal Raul Martins:

"Sr. Presidente, a minha intervenção é feita na esteira da intervenção feita pelo meu colega de bancada Dr. Neto Brandão, que me deixou profundamente preocupado. Da sua intervenção, bem feita em termos jurídicos, retirei uma conclusão fundamental, é que, o Parque de Feiras e Exposições de Aveiro, não goza de personalidade jurídica, e se não goza de personalidade jurídica, não pode como é óbvio arrecadar receitas próprias ou fazer despesas próprias: todas as receitas e todas as despesas do Parque de Feiras e Exposições de Aveiro, terão que estar inscritas no Orçamento da Câmara de Aveiro e terão que ser feitas com cabimento nessa inscrição.

Acontece, por aquilo que me foi dado ouvir, parece que o Parque de Feiras e Exposições, é gerido como se de uma empresa municipal ou um outro qualquer organismo que detenha personalidade jurídica o faz,

Dem
CPA
1996

isto é, tenho nitidamente a impressão, e o Sr. Presidente da Câmara vai-me tirar essas minhas dúvidas, que as receitas do Parque de Feiras e Exposições, vão para uma conta própria, são administradas ao lado da administração municipal, das verbas municipais, do orçamento municipal e, a autorização para as despesas não passa obviamente pela prévia aprovação desta Assembleia Municipal, e isso é profundamente grave... profundamente grave em termos de execução administrativa e financeira de um órgão como a Câmara de Aveiro.

Gostaria de perguntar ao Sr. Presidente da Câmara como é que são contabilizadas as receitas e as despesas efectuadas pelo Parque de Exposições de Aveiro - onde? e como? será que as receitas são depositadas numa conta que não é da Câmara Municipal de Aveiro? estamos aqui perante aquilo que é norma dizer-se no nosso país: um saco azul? gostaria que efectivamente me elucidasse sobre isso e, se a resposta fôr positiva, isto é, que as receitas e as despesas entram nos Cofres Públicos, eu desde já requiero que seja dada publicamente a esta Assembleia um documento em que contem as receitas entradas e as despesas efectuadas por conta do Parque de Feiras e Exposições, nos Cofres da Câmara, nos últimos cinco anos. Mas, se como eu penso, essas receitas e essas despesas, são geridas autónomamente, são geridas autónomamente por quem? em nome de quem? e com que autoridade?

Há outro facto que me espanta, que é este: será que alguém dá contas desses dinheiros a alguém? e se dá contas desses dinheiros a alguém, o saldo positivo ou negativo é transmitido para os Cofres camarários no fim de cada ano civil? eu ainda poderia aceitar que, (é um erro crasso tremendo e extremamente grave) mas poderiam esses valores serem geridos autónomamente, mas chegávamos ao dia 31 de Dezembro e dizíamos assim: "aquilo foi gerido autónomamente, agora mete-se a papelada toda de uma vez na Câmara, na Conta de Gerência da Câmara", isto não era permitido, atenção que eu estou a falar já de uma ilegalidade formal; vamos supôr que no fim do ano havia 20 mil contos de saldo positivo, será que esses 20 mil contos entraram no fim do ano civil, (o que é como eu digo ilegal) para os Cofres da Câmara, ou mantiveram-se onde? e na conta de quem?

É óbvio que nesse âmbito serão geridas anualmente umas dezenas de milhares de contos: esse dinheiro está onde? está num Cofre? ou está depositado num banco? sendo certo e eu não acredito que esse dinheiro esteja num Cofre, é óbvio que está depositado num banco, ou em vários bancos, e se está depositado no banco, está em nome de quem? e não me

venha Sr. Presidente dizer que está depositado em nome do Parque de Feiras e Exposições, porque não tendo o Parque de Feiras e Exposições personalidade jurídica, não tem número de contribuinte, e como não tem número de contribuinte, algum número de contribuinte tem que ter essa conta? e, das duas uma, ou esse dinheiro está em nome do Sr. Presidente da Câmara, número de contribuinte do Sr. Presidente da Câmara, ou estará em nome de um célebre Parque de Feiras e Exposições, que não tem personalidade jurídica, e foi dado o número de contribuinte da Câmara.

Uma última reflexão final, e se foi dado o número de contribuinte da Câmara, sendo certo que há muito pouco tempo existiu uma inspecção, da Inspeção Geral de Finanças, às contas da Câmara, será que essa conta foi dada aos indivíduos da Inspeção Geral de Finanças, como uma conta da Câmara, ou se esqueceram de dizer que em determinados bancos também existiam contas em nome da Câmara, ou melhor, com o número de contribuinte da Câmara, mas que foram pura e simplesmente escamoteadas?

Uma última refelexão, essas contas se estão com o número de contribuinte da Câmara, será que elas foram escamoteadas sem querer? ou se houve ordens expressas aos bancos para se esquecerem de mencionar que existiriam essas contas junto dos bancos? estamos perante uma coisa extremamente grave, eu gostaria que as respostas fossem o mais claras possíveis, sendo certo, desde já digo, que possuo na minha mão documentos que me permitem deduzir que efectivamente estamos perante uma questão de extrema gravidade".

Vogal Vitor Mangerão:

"Ouvi preocupadamente esta última intervenção do Dr. Raul Martins, em relação a um assunto sobre o qual já se constavam suficientes dados mais ou menos difusos para se desconfiar que era um assunto quente. Louvo a iniciativa do Partido Socialista em trazer para o foro próprio a tentativa de aclarar isto, e esperarei pelos elementos que concerteza a Câmara, o Sr. Presidente vai transportar para este local, vamos a ver se com satisfação de todos no fim ou não. Até lá, eu queria, por mera coincidência, ligar algumas afirmações do Dr. Raul Martins em relação a isto, não assisti tive pena, à intervenção do Dr. Neto Brandão, sobre ele, mas ligar a um outro assunto que é um dos que eu hoje afloraria aqui em termos de "período de antes da ordem do dia"; não vou aprofundá-lo porque considero que esta Assembleia Municipal merece e a Câmara certamente concordará com isso, que ele seja aprofundado em agenda própria, com o tempo apropriado para isso, e não é em período de "antes da ordem do

João
CS
João

dia": é o problema da Transria. A Transria é neste momento uma situação quanto a mim e salvo melhor opinião que há-de ser justificada, não é de boca, mais um caso de perfeita e desnecessária ilegalidade por parte da Câmara que pode trazer gravíssimas consequências não só à imagem, mas em termos práticos aos elementos da própria Câmara, porquanto coniventes com uma situação de ilegalidade objectiva. Por outro lado, a situação da Transria, tanto quanto me é dado saber, não está a corresponder mínimamente às finalidades para que a Transria foi criada, diria mesmo, que a problemática dos transportes para S. Jacinto, e do uso de embarcações para exploração turística ou outra, através da Transria, é uma problemática que tem sido sistematicamente adiada e não solucionada; constatei que, durante meses, sobre os problemas da lancha e da Transria, nas actas da Câmara havia sempre uma pitada hoje, outra para a semana, de há uns tempos para cá quase que não há pitada nenhuma, o problema está resolvido?

Era minha impressão de que se trata de uma empresa em que apenas existem duas entidades como sócias, uma sociedade por quotas que são duas entidades públicas, porque a parte privada desapareceu há muito, eu nem sei até se neste momento o único sócio não é a própria Câmara Municipal de Aveiro? e a Junta de Freguesia de S. Jacinto já nem é, eu não sei? perguntei na altura parece que se ia fazer um pedido de esclarecimento à CCRC, eu não sei exactamente o teor do pedido de esclarecimento, se punham bem a questão ou não, muito menos sei a resposta que veio de lá, a Câmara concerteza que sabe, perguntou, sabe o que lhe responderam e, sobretudo se sabe no momento próprio explicar tudo o que se passa sobre a Transria, e mais, e sobre aspectos paralelos à Transria, como a situação de responsabilidade através de aval da Câmara Municipal, pela compra em sistema leasing de uma famosa lancha que inicialmente foi adquirida pela Junta de Freguesia de S. Jacinto. Um segundo aspecto, prende-se com as possibilidades efectivas em termos legais também, de navegabilidade das várias embarcações que são neste momento da Câmara; quanto à gestão funcional dessas embarcações, gostaria que a Câmara mostrasse números, por exemplo, quanto é que custa uma viagem da lancha "Stª Joana", que a faz mesmo com seis ou sete turistas de passagem, quanto é que custa uma viagem? quem é que esquematiza esse tipo de rentabilidade numa lancha daquelas? etc, etc., em última análise, onde é que estão as contas da Transria? perante quem é que a Transria tem respondido? como é que é? é uma sociedade de capitais privados gerida em termos privados? em que a Câmara apenas é sócia para entrar com dinheiro e outras coisas? eu

proporia que numa próxima agenda, a questão da Transria viesse colocada de forma a que a Câmara prestasse todos os esclarecimentos sobre o assunto.

Segundo ponto, a questão da JAPA, vou requerer à Mesa que o inclua na agenda de trabalhos, porque o problema da JAPA é um problema que se demonstrou demasiado complexo e a falta a tempo por causa das férias, dos mapas que pelos vistos só o Ministério da Marinha é que tem, sobre aquilo que se pode considerar as zonas de soberania pública e privada em relação às águas, a falta desses mapas inviabiliza que se clarifique aos olhos de toda a gente qual é essa relação institucional e física, entre um "monstro administrativo" que é uma coisa chamada JAPA, e a Câmara Municipal, aparentemente representativa das populações e não apenas um órgão administrativo do poder central, portanto, quanto à JAPA, eu vou também propôr que seja agendado para a próxima reunião.

Relativamente ao trânsito, lastimo muito que o problema do trânsito quando é aflorado aqui, por vezes dê para rir, porque não há dúvida que uma das vítimas, ou se preferirem, um dos profetas da problemática do trânsito em Aveiro, é o Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Vera-Cruz, e há-de sempre arranjar maneira de num sítio qualquer da sua intervenção, dizer qualquer coisa que faz as pessoas rirem; eu tenho imensa pena, não é por culpa dele, é por culpa das pessoas, porque estão a tornar risível aquilo que infelizmente é um dos assuntos de uma pequena cidade como Aveiro, com alguns aspectos evidentes de manutenção de qualidade de vida, com algumas potencialidades em relação à qualidade de vida futura, de segurar essa qualidade de vida, de a montar ainda a tempo, de a projectar, de a defender, de a assumir e, no entanto em relação ao trânsito, paulatinamente tem estado a haver uma degeneração completa, com risinhos à mistura, esquecidos nós como que masoquisticamente que somos as primeiras vítimas disso...

A questão do trânsito há pouco tempo teve um afloramento em termos públicos que eu lastimo a dois títulos: pessoalmente, como munícipe, como cidadão utilizador das ruas, como cidadão que conduz um veículo, vive os problemas dos outros (sou daqueles que prescindem de qualquer cartão da municipalidade) porque também não apanho uma transgressão por mau estacionamento, vou estacionar em casa do diabo mais novo, a mim não me apanham numa multa de mau estacionamento... não preciso de pseudo favores, baseados em pseudo critérios democráticos ou de representatividade, como aqueles de conceder não sei quantos cartões, para não sei quantos lugares, assim não, assim não dá..! eu não entro nessas

J. Sousa

brincadeiras e também não rio por causa dos problemas de trânsito, porque acho que é um problema demasiado sério, é um problema que tem duas nuances: uma infraestrutural e outra política; a infraestrutural é patente, que deriva das culpas do município que têm sido somadas ao longo dos últimos anos, ainda agora, quem passou há bocado, às seis e meia, numa rotunda nova, projectada há pouco tempo, como é aquela rotunda que fica nas trazeiras do Centro Oyta, constata como é uma cretinice técnica que aquela rotunda tenha a largura que tem, ou melhor, o raio que tem porque é redonda, para lá ter um bocado ajardinado, em vez de estar um bocado mais estreita, para meter três faixas de rotação e não duas, quem lá meter o carro à hora de mais movimento constata que a existência de outra faixa desbloqueava imenso o trânsito, e assim não desbloqueia porque é impossível.

Nesse afloramento recente sobre a problemática do trânsito que me atingiu como cidadão, foi precisamente isto, foi uma entrevista de larga repercussão num diário local, do Vereador da Câmara que pelos vistos assume as responsabilidades das questões do trânsito; atingiu-me também politicamente e, sobre isso tenho que fazer uma declaração que lastimo profundamente não ser ouvida por ele pessoalmente, primeiro, o lado pessoal como munícipe: quando se põe a problemática do trânsito a incidir sobretudo sobre a questão do estacionamento, foca-se um dos seus aspectos, não se focam todos os aspectos e se calhar nem sequer o seu principal, que é o da gestão dos corredores de tráfego, isso está antes do problema dos estacionamentos, mas quando só se vê a questão dos estacionamentos, está-se a ir atrás do fácil, do imediatista, não é preciso ser-se Vereador, muito menos ser-se militar, muito menos ser-se engenheiro até, basta ter-se o mínimo de bom senso - quem deixou chegar o problema do estacionamento numa pequena e airosa cidade como Aveiro, à rotura em que se encontra neste momento, com a ameaça pendente do Cojo começar em obras e metade daqueles lugares irem para o "maneta", quem deixou chegar a isso foi a Câmara, o Sr. Tenente Coronel não estava cá, nem cá está hoje por azar, está no seu direito, aliás não o critico por causa disso, só lastimo, mas já vem de Câmaras anteriores, quando o Sr. Tenente Coronel não pensava sequer fazer parte de uma Câmara, nem sequer certamente em se filiar no PSD, muito menos em tomar conta do pelouro do trânsito, nessa altura já é a Câmara Municipal de Aveiro, não esta Câmara, vinha aqui, e os que cá estão e transitaram do anterior mandato lembram-se, há sete anos pelo menos nos Planos de Actividades já vinha: "Estudos sobre a implantação de Silos", verba x, "Estudo sobre Trânsito em Aveiro",

Barbosa

verba x; o Sr. Coronel Martinho, outro brilhante militar de carreira, era o grande defensor, padrinho e apóstolo do famoso estudo de trânsito. conseguiu-se acabar o mandato sem que esse famigerado estudo aparecesse; consta que depois foi reformulado, não sei se pela mesma equipa técnica, se por outra equipa, bem, não sei onde está o estudo, eventualmente aparecerá a informar o famoso Plano Estratégico que por aí anda a ser cozinhado, o que eu sei é isto: digam-me que reformas dignas desse nome em relação ao trânsito foram tomadas, desde umas alterações, a sentidos proibidos, que o Sr. Coronel Martinho, no seu brilhante mandato do pelouro de trânsito lançou e que ainda vigoram; o Sr. Coronel Martinho, tirando os sentidos proibidos e os parcometros, não me lembro e digam-me se estou distraído, de qualquer outra espécie de reforma que se tenha feito em termos de trânsito. Agora quando surge o Vereador encarregado sobre a problemática do trânsito a dizer assim: "parques de estacionamento? está resolvido!", o parque da Universidade, ninguém sabia que havia um parque de estacionamento na Universidade que era contabilizável em termos de cidade de Aveiro, pensava-se que já rebentava pelas costuras para a Universidade, quanto mais para os aveirenses em geral, já não digo para os forasteiros; segundo, os terrenos do antigo Paula Dias, em direcção à Fábrica Jerónimo Pereira de Campos; terceiro, o espaço que de repente foi reacordado como existente, que não é do tempo do Sr. Tenente Coronel, pois ainda cá não estava quando esse espaço foi criado, vedado, depois cimentado adequadamente, fica ali em baixo do viaduto do IP5, e com esses três espaços, com esta extraordinária descoberta de espaços, o Sr. Tenente Coronel, arrumou, mas aí concordo com o Sr. Barbosa, o pior foi os termos que ele utilizou para a população que lê jornais e que bebe a informação e a clarificação das coisas através dos jornais, quando alguém da Câmara fala através dos jornais: os termos de prepotência, de auto-suficiência, de inteligência satisfeita, a dizer assim, (isto foi os comentários que ouvi, começou no barbeiro e acabou no cafézinho onde costumo comprar pão de manhã), assim: "este tipo é que sabe, trata os outros todos abaixo de besta" dou a minha palavra de honra que ouvi este comentário e, eu nem sei se gozei se fiquei chateado..., isto é assim... se é esta a maneira da Câmara tratar do problema do trânsito, Sr. Presidente da Câmara, repense muito bem a quem é que o pelouro está entregue... e, digo-lhe isto sendo eu do PSD, a partir da bancada do PSD, e assumo a responsabilidade disto por uma razão - o Sr. Tenente Coronel, neste momento, quando faz declarações desse género, e eu tenho uma pena dos diabos de ele aqui não estar, mas não me venham depois com o problema do direito da defesa ou de, "não se

João
PSD
João

deve atacar quem está ausente", quem não está presente faltou à presença devida - eu estou cá, o sítio é o certo, falo perante os meus pares e perante a Câmara Municipal, e um Vereador tem delegação de poderes, não é autónomo nisto, portanto se não está cá, estivesse, ele depois ouve a gravação. O problema é este, é que eu enquanto elemento do PSD, lastimo, porque tenho para mim que esta conduta em relação a uma área tão sensível para a população, como é o problema do trânsito, tráz mais ónus, tráz mais perdas partidárias ao PSD face a umas possíveis eleições, do que benefícios, e eu não me cabe legitimidade para julgar politicamente o Sr. Tenente Coronel em termos partidários propriamente, porque tenho aqui o Presidente da Comissão Concelhia, que o poderá fazer no âmbito da sua actividade se quiser, agora, eu lastimo é constatar isto, porque não há dúvida nenhuma, as receitas dos estacionamento tal como foram apontadas pelo Sr. Tenente Coronel, são uma falácia, para não dizer que são uma ridicularia e que anda a gozar à nossa custa. Eu tenho desde sempre alertado a Câmara para a problemática do Cojo; começaram as grandes chuvas, se a Câmara pensa que transfere 600 ou 800 lugares, para aquela zona considerada inóspita, só porque o Sr. Tenente Coronel, diz assim quase *ipsis verbis*: "as pessoas têm de se habituar a não ir de carro até ao Café", pois terão... mas o que as pessoas gostavam era de poderem ir de carro até ao Café, têm o direito de gostar disso, depois poder ou não poder é outra coisa..., mas é que, ali, o problema não é o carro e o Café, é que aquela zona fica em casa do diabo mais novo, e começando a Invernia, até para vir de lá a pé vai ser dos diabos, isto é um perfeito disparate, e eu quero dizer, eu, enquanto elemento do PSD, que já estou refiliado, não tenho nada a ver politicamente com estas afirmações, de um Vereador do PSD, que por acaso, sem meu conhecimento, sem minha autorização, chegou a constituir uma mini AD Local com o PP que está no poder na Câmara, mas há aqui que desvincular as coisas em termos políticos, eu estou a falar em termos pessoais, e em termos pessoais é isto: eu não posso concordar com esta visão, e se o estudo de trânsito da Câmara nunca mais aparece, se a problemática dos silos foi arrumada como uma folha que cai chegando o Outono, se a questão dos mini auto buses, que o ano passado era a grande receita, de repente deixa de o ser e nós ficamos a saber por declarações que vêm no jornal, se isto tudo acontece assim, nós temos que saber, como é que é? há ou não há uma filosofia da Câmara em relação à problemática do trânsito? ou estão à espera que aconteça realmente uma situação extremamente chata, extremamente aborrecida e depois vêm com desculpas, vêm com argumentos? e quanto ao trânsito chega".

José
António

Seguidamente no uso da palavra, o Sr. Presidente da Câmara começou por cumprimentar todos os Srs. Deputados, referindo de seguida que passaria a dar resposta às várias questões que foram aqui levantadas, abordando-as com toda a franqueza, com toda a sinceridade, porque, muito embora hoje tenha aqui ouvido várias vezes dizer que deve inflectir a sua atitude, ou a Câmara deve inflectir a sua atitude relativamente ao respeito a esta Assembleia, ao respeito pelas Juntas de Freguesia, disse não compreender em que é que essas queixas se fundamentam, pois em sua opinião esta Câmara tem estado aberta ao diálogo, tem considerado as Juntas de Freguesia e tem respeitado esta Assembleia Municipal, salientando ainda que, nunca houve da sua parte, nem da parte dos Srs. Vereadores, neste período de tempo em que está a presidir à Câmara Municipal, falta de respeito por ninguém e muito menos pelos órgãos institucionais, seja a Assembleia Municipal, sejam as Juntas de Freguesia. Prosseguindo, referiu também que como Presidente desta Câmara, tomou uma posição em seu entender bastante diferente daquela que vinha decorrendo, muito embora não comente aquela, mas tomou uma posição no sentido de assumir em termos de tratamento e de contacto com as Juntas de Freguesia, e ninguém pode negar as reuniões mensais onde os assuntos são discutidos abertamente e onde se tem feito até um convívio entre as duas autarquias, muito embora saiba que nem tudo o que foi discutido nessas reuniões foi cumprido, considerando todavia isso como natural, uma vez que também a própria Câmara não consegue cumprir tudo aquilo que propõe ao Governo. Fez ainda questão de sublinhar que, a não ser por involuntariedade ou falha, é que se poderá ter cometido algum lapso de desrespeito ou de falta de delicadeza para com a Assembleia Municipal e para com a Juntas de Freguesia, não aceitando por isso, de modo algum, que se diga que o actual Presidente da Câmara Municipal de Aveiro falta ao respeito a qualquer Deputado Municipal ou à Assembleia Municipal ou às Juntas de Freguesia.

Relativamente à problemática relacionada com a Transria, referiu que a Câmara tem vindo a discutir diversas vezes o problema da Transria, que se prende com a legalidade ou não da situação actual, no entanto o executivo, tem-se preocupado ao mesmo tempo em manter activos os transportes para S. Jacinto. Prosseguindo, referiu que quando aquela sociedade foi criada faziam parte da mesma os Estaleiros de S. Jacinto, a Junta de Freguesia de S. Jacinto e a Câmara Municipal, ao criar-se a referida sociedade que foi aprovada por unanimidade na Câmara e posteriormente na Assembleia Municipal, encontrava-se assim uma solução para os transportes.

Jean
1996

A JAPA a quem competia nessa altura abrir concurso para os transportes, fê-lo, todavia não apareceu ninguém a concorrer e, a Câmara Municipal, naturalmente preocupada criou esta empresa com estes três associados. Porém, ocorre que estes transportes não dão lucro, e os Estaleiros vendem a sua quota aos restantes membros, aí, discute-se da legalidade da empresa, já que afinal ficam só dois associados e públicos. A Câmara opta então por deixar andar a Transria nesta situação já que ela tem um funcionamento autónomo. Por tal facto a Câmara consultou a CCRC no âmbito desta matéria e este organismo não considerou que houvesse ilegalidade no funcionamento desta empresa.

Finalmente, disse ainda que a chamada de atenção para este problema está feita e que com certeza a Câmara irá encontrar uma solução para a situação da Transria.

Abordando seguidamente a problemática do trânsito e do estacionamento na cidade, considerou que de facto os problemas no âmbito desta matéria são muitos e começam a avolumar-se, salientou no entanto que os mesmos não estão esquecidos. A questão dos silos também não foi posta de parte, o estudo está a ser feito e está decidido pela Câmara a abertura de concurso.

Relativamente à questão dos cartões de livre estacionamento, disse que a sua posição no âmbito dessa matéria é esta: dispensa a reserva de estacionamento, pois em sua opinião o ideal seria de facto acabar com as reservas de estacionamento.

No que se refere ao Parque de Feiras e Exposições, esclareceu que o mesmo funciona com uma Comissão constituída e autorizada pela Câmara Municipal há alguns anos a esta parte, dois membros da Câmara e um representante da Associação Industrial do Distrito de Aveiro, acrescentando que na altura criou-se essa Comissão, com duas motivações, uma para permitir o mais fácil funcionamento de um Parque que se queria dinâmico. A Comissão ficou mandatada para gerir e apresentar contas, as quais são apresentadas anualmente à Câmara e referenciadas nos Relatórios de Actividades, em termos de receitas e em termos de despesas e têm continuado a manter-se assim, exactamente pela facilidade, digamos assim, das feiras não poderem ficar interrompidas por causa de uma reunião de Câmara ou por causa de uma reunião da Assembleia.

Esclareceu também que a Inspecção de Finanças passou pelo Câmara Municipal e não verificou qualquer anomalia nas contas do Parque de Feiras.

Luís Passos

Prosseguindo, e referindo-se à questão da atribuição de uma medalha de mérito ao ceramista Zé Augusto, disse que a Câmara anotará a sugestão e oportunamente colocará o problema no seio da Câmara.

No que se refere ao Metro de Superfície, informou que está aprovado o estudo de viabilidade, faltando agora a aprovação do estudo económico.

No que se refere ao Plano Estratégico e ao gabinete de Cidade que se institucionalizou há uma semana, informou que a iniciativa de convidar elementos que irão acompanhar o desenvolvimento final do Plano Estratégico, partiu do próprio Gabinete que está a elaborar o dito plano e que, além das entidades indicadas, a Câmara juntou mais três, o Centro de Emprego, o Centro de Formação Profissional e o Conselho Directivo do Departamento de Ambiente da Universidade, foram estas três entidades que o Presidente da Câmara acrescentou á lista mandada pelo referido gabinete, não houve aqui portanto qualquer selecção de Presidentes de Junta. Informou ainda que está marcada uma reunião para o dia 26 do corrente e que a Assembleia naturalmente está convidada para participar.

Relativamente aos pontos que foram retirados da agenda de trabalhos, informou que os mesmos irão ser objecto de uma reunião extraordinária deste órgão.

No que se refere aos horários do comércio informou que os mesmos estão ainda por aprovar.

Quanto à delegação da RTP em Aveiro, informou que a Câmara tem feito esse pedido todos os anos, tendo obtido até respostas afirmativas mas que depois não se concretizam. Ainda este ano voltou a informar as várias televisões da disponibilidade da Câmara em ceder instalações e condições para que pudesse funcionar uma delegação da Televisão em Aveiro, contudo até ao momento ainda não se conseguiu nada.

Finalmente e relativamente ao Plano de Pormenor da C+S da Oliveirinha, esclareceu que há um compromisso por parte da Câmara em executar esse plano e que por isso a Câmara irá pôr em prática a sua execução.

Seguidamente usou da palavra o Sr. Vereador Vitor Silva, que começou por responder a algumas questões que foram levantadas, referindo nomeadamente que foi feito um contrato programa no ano em curso com todas as Juntas de Freguesia do concelho, com algum esforço financeiro por parte da Câmara Municipal e, curiosamente, nenhuma das Juntas de Freguesia colocou netes contratos-programas a questão da limpeza de valetas. Reconheceu no entanto que se trata de um problema que tem que ser

encarado numa óptica orçamental, atendendo às disponibilidades de orçamento municipal, pensando que no próximo Plano de Actividades que se avizinha talvez se possa inscrever uma verba para limpeza de valetas.

Relativamente ao Plano Rodoviário Nacional, disse que reuniu com membros da JAE, e com responsáveis do Governo nesta área, que nessas reuniões foram levantadas várias questões, nomeadamente a questão do IP5, a questão da variante de Águeda, bem como a questão da estrada de S. Jacinto. Ficou decidido que relativamente ao IP5 a sua parte final será duplicada, o que resolve o problema de Aveiro e do seu porto de mar.

Finalmente e no que se refere ao arranjo da EN 335, disse que a mesma está já adjudicada, o seu arranjo vai até ao lugar das Quintãs, com águas, saneamento e tapete, portanto o caso das Quintãs não foi esquecido, bem como Oliveirinha que tem sido sempre tratada em igualdade de circunstâncias com outras freguesias.

Neste momento deu entrada na sala o Vogal Vitor Martins.

Vogal Filipe Neto Brandão:

"Sr. Presidente, serei particularmente breve, até porque a intervenção do Sr. Presidente limitou-se a confirmar aquilo que eu pensaria que o Sr. Presidente iria responder e, a intervenção do Exmº Senhor Presidente da Câmara, apesar de por ele não ser assim interpretada, só pode à luz de quem raciocine e possua um esquema mental ajustado às coisas do direito, só pode traduzir-se na admissão da prática reiterada de irregularidades de gestão por parte da Câmara Municipal e, com a franqueza que me caracteriza, eu aconselho o Exmº Sr. Presidente da Câmara Municipal, a não tomar com tanta ligeireza, não sei se V. Exª conhece a Lei 34/87, no seu artº 21º, diz que: " o titular de cargo político que der a dinheiro público o destino para uso público diferente daquele a que estiver legalmente afectado, será punido com prisão até dezoito meses, ou multa de vinte a cinquenta dias". Qualquer jurista dirá a V. Exª que a fronteira entre a irregularidade de gestão e o peculato de uso, é muito ténue. V. Exª concordará comigo, reporta que a discussão desta matéria seja entregue a uma outra entidade que não a esta Assembleia e, essa entidade só pode ser a Inspeção Geral da Administração do Território, é nessa sequência que eu faço entrega à Mesa, de uma proposta que reza assim:

"Os abaixo assinados propõem a aprovação por parte da Assembleia Municipal de Aveiro da seguinte deliberação:

A Assembleia Municipal de Aveiro requer ao I.G.A.T. a realização de uma inspecção, com carácter de urgência, ao modo como a

C.M.A. vem gerindo o Parque de Feiras e Exposições de Aveiro, a qual permita, designadamente, aquilatar da sua conformidade com a lei no que diz respeito ao modo como as receitas desse Parque foram obtidas e como foram utilizadas".

Com os termos, permitir-me-ei dizer, assépticos, com que esta Moção é apresentada, logo se depreende que não há nela qualquer outro espírito que não o do cabal esclarecimento da verdade, que é o único escopo que nos motiva, penso que isto não terá de certeza a oposição de ninguém".

Vogal Armando Vieira:

"Sr. Presidente, nós desejávamos que fossem suspensos os trabalhos nesta altura, para podermos conscientemente tomar posição, aqui, em termos de bancada, na sua generalidade quanto a essa questão".

Presidente da Mesa:

"Acho que na realidade não há perturbação em deixarmos esta proposta para o fim, se o Dr. Neto Brandão estiver de acordo, nós deixávamos a discussão desta proposta para depois das intervenções das pessoas que se inscreveram para o fazer".

Vogal Neto Brandão:

"Uma vez que essa proposta entrou na Mesa, não vejo qualquer objecção".

Vogal Jorge Nascimento:

"Sr. Presidente, pela voz do Sr. Deputado Dr. Raul Martins, numa alocução brilhante em termos de articulação, mas a meu ver carecendo de algum fundamento, o Sr. Dr. Raul Martins, procurou e bem, conotar esta bancada com o funcionamento da Comissão de Parques de Exposição e Feiras, creio que é verdade, por uma recordação que tenho, desse assunto ter sido aqui alguma vez invocado, isso para mim já não é novidade, não sei os termos precisos em que foi, mas não há dúvida nenhuma de que esse assunto do Parque de Exposições e do funcionamento de uma Comissão foi aqui falado. O Sr. Dr. Raul Martins, conota esta bancada e eu penso que faz bem, mas deve conotar também com outras bancadas, porque como bem sabe esta Comissão funciona com a aprovação de todos os Vereadores Municipais, creio eu, funciona ou tem funcionado assim, pelo menos sem a sua reprovação, e este assunto tem sido múltiplas vezes abordado na Câmara. O Sr. Presidente, com a limpidez que o caracteriza, com o raciocínio simples que o caracteriza também, trouxe a esta Assembleia uma explicação que visava a Comissão de Parques e Exposições, o funcionamento afinal dos recintos, o aproveitamento prático,

Beira
1996

uma obtenção de utilidade para os mesmos recintos e visava-o a médio prazo, não quer dizer que essa administração não pudesse ser pública, é evidente, mas a Câmara a determinada altura entendeu que devia dar os primeiros passos para que essa administração se privatizasse, e isto funcionou a meu ver como um ensaio, agora quando o Sr. Dr. Raul Martins diz que: "isto pode ser uma ilegalidade formal", eu sou jurista e evidentemente que não vou assim, pela forma como isto foi aqui apresentado, não vou negar que possa haver alguma ilegalidade formal no funcionamento disto, mas quantas ilegalidades não se cometem...? quando o Sr. Dr. Raul Martins, enfoca aqui os aspecto de se dizer assim: "se foi dado a conhecer à Inspecção Geral de Finanças, quando aqui recentemente estive, está a querer induzir esta Assembleia e a opinião pública de que houve sonogação, e o Sr. Dr. Raul Martins tem obrigação de saber que as Inspecções funcionam por amostragem e são elas que procuram o problema, não quer dizer que tenham sonogado, é algo diferente, é uma indução nesta Assembleia primeiro e na opinião pública, e este é o aspecto grave, pode ser levada à convicção de que a Câmara sonogou, mas a meu ver a Câmara não sonogou nada, usou sempre da máxima abertura; então eu pergunto, as publicidades todas que se fazem dos pavilhões não aparece sempre Parque de Exposições e Feiras, nunca aparece a Câmara, aparece aquilo quase como uma entidade, até estive convencido durante longo tempo até agora, de que aquilo se trataria inclusivé de uma Associação puramente regular, agora não me parece que se deva dramatizar isto ao ponto das pessoas ficarem a pensar que há por aqui sacos azuis, coisas absolutamente descontroladas, aproveitamento, sobretudo aproveitamento, penso que não se deve empolar o assunto demasiadamente".

Neste momento deu entrada na sala a Vogal Virgínia Veiga.

Vogal Raul Martins:

"Era só para dizer ao Sr. Dr. Nascimento, quando me acusa de eu pretender dizer coisas que eu não disse, que hoje em dia o sistema informático de um banco, quando lhe são pedidas as contas e introduz o número de contribuinte, saem todas as contas, só não sairão todas as contas, se eventualmente.... o sr. concluirá o resto."

Seguidamente e dado o adiantado da hora o Sr. Presidente da Mesa interrompeu os trabalhos, seguindo-se um intervalo para o jantar.

2ª PARTE



Pelas 22,30 horas, foram retomados os trabalhos com a presença dos seguintes membros: Presidente, Rogério da Silva Leitão, Primeiro Secretário, António de Sousa Dinis Correia, Segundo Secretário, João Gabriel Ferreira Santos e com os Vogais, Manuel Rodrigues Simões, Fernando Tavares Marques, José Ferreira de Almeida, Manuel Branco Pontes, Manuel Rodrigues Bolais Mónica, Jorge Manuel do Nascimento, João Pedro Simões Dias, Ernesto Carlos Rodrigues de Barros, Artur Lopes Lobo, Gonçalo Nuno Caetano Alves, Joaquim dos Santos Abreu, João Tavares Duarte, Armando Manuel Dinis Vieira, Vitor Manuel da Silva Martins, Vitor Manuel Cepeda Mangerão, Carlos Manuel da Silva Santos, Francisco Manuel Alves da Costa Braga, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, Nuno Teixeira Lopes Tavares, Lourenço Martins dos Santos, Raul Ventura Martins, Custódio das Neves Lopes Ramos, Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Virgínia Celeste da Silva Veiga, Álvaro Patrício do Bem, João Ferreira da Peixinha, João Alberto Simões Barbosa e António Manuel dos Santos Salavessa.

Verificaram-se as faltas dadas pelos Vogais, Manuel Simões Madail, Manuel Arede de Jesus, Élio Manuel Delgado da Maia, Diogo Manuel Soares Machado, José Alberto Martins de Carvalho, José Maria Dias da Silva, Olinto Henrique da Cruz Ravara, Manuel Ferreira da Cruz Tavares e Libério da Silva Santos.

Retomados os trabalhos, usou da palavra:

Vogal Armando Vieira:

"Sr. Presidente, queria antes demais apresentar um protesto pelo facto de não ter tido o direito de usar do meu direito de réplica, dando a palavra como direito de resposta a outra pessoa que não tinha essa figura regimental para poder usar, é lamentável esse tipo de procedimento.

Posto isto, queria dizer ao Sr. Presidente da Câmara, que nunca disse que V. Exª era incorrecto connosco, aliás, devo dizer-lhe que no plano do relacionamento pessoal V. Exª é correctíssimo, trata-nos com simpatia e como deve ser, mas, como no plano institucional o Presidente da Câmara de Aveiro, não trata com o devido respeito as Juntas de Freguesia e não sou só eu que digo isto, são também os Presidentes de Junta do PP que dizem isto e concordam com isto, alguns pelo menos, e é isto que nós debatemos, que nós protestamos com este comportamento. Quanto às

Beu
OS
JP

reuniões que nós fazemos ou que deveríamos fazer mensalmente, V. Ex^a introduziu um procedimento que foi uma inovação que eu próprio elogiei e continuo a elogiar, só que os resultados práticos dessas reuniões são quase nulos, nomeadamente, é inadmissível que nós estejamos todos de acordo quanto à questão do subsídio de limpeza de valetas às freguesias rurais, que os Srs. Presidentes das Freguesias da cidade dizem que concordam em absoluto e a Câmara usando uma postura inadmissível em democracia, não estuda não vem ao encontro da vontade de todas as freguesias, é esse respeito que eu digo que o Sr. Presidente não tem pelas Juntas de Freguesia.

Depois há a questão do tratamento discriminatório: é verdade que está a haver novamente atitudes discriminatórias, nomeadamente de algumas freguesias do PSD que se atrevem politicamente a estar na gestão dos seus partidos locais, essas freguesias estão a ser perseguidas Sr. Presidente, se V. Ex^a diz o contrário eu provo-lhe que assim não é.

Quanto ao Plano Rodoviário 2000 queria dizer que estamos preocupados com aquele plano, que na nossa opinião, não ouvimos o Sr. Governador Civil falar sobre ele, parece-me que para o Sr. Governador Civil actual, se é que existe Governador Civil...? não sei se existe se não, mas parece que existe, o Plano é prejudicial para o distrito de Aveiro, é prejudicial para o concelho de Aveiro, não se vê no plano a intenção de construir a falada variante de Eixo, que é importante, não se vê no plano e, embora o plano dê abertura a isso, pergunto se a Câmara de Aveiro tem a intenção de propôr a criação de alguma circular à cidade, que ligue entre si os eixos estruturantes do tráfego na cidade de Aveiro e que bem precisa é.

Quero ainda dizer quanto às questões de representação, surpreende-me que nas questões que têm algum melindre, que não dão votos, e lamento ter que o dizer, surpreende-me que a Câmara se demita das suas funções, a maioria PP se demita das suas funções e que nomeie para representar a Câmara Vereadores de outros Partidos nas questões mais quentes, ficando para si com as questões menos problemáticas".

Presidente da Mesa:


"Sr. Vieira, queria sòmente dar uma justificação: quando dou a palavra a uma pessoa para utilizar o direito de resposta, estou convencido que a pessoa vai de facto falar dentro dessa figura institucionalizada, portanto se assim não o fizer, é evidente que nós temos possibilidades de cortar a palavra, o que é sempre desagradável; agradecia que as pessoas, quando pedem de facto para usar da palavra como direito de resposta, o façam com plena consciência daquilo que estão a fazer".

Vogal João Barbosa:

"Sr. Presidente da Câmara, sou Presidente de Junta e sobre relações de Presidentes de Junta/Presidente da Câmara, já foi tudo dito hoje. Eu só queria lamentar, mas lamentar profundamente a resposta que o Sr. Presidente da Câmara nos deu sobre os estacionamento, julgo que não foi uma resposta airosa e penso sinceramente que o Sr. Presidente ao responder-nos daquela maneira não ouviu o que lhe era pedido para os Presidentes de Junta, que mais não era do que dar continuidade ao que foi decidido na segunda Assembleia deste mandato, nós só pretendíamos que fizesse uma alteração à deliberação, mais nada Sr. Presidente da Câmara, obrigado".

Vogal António Salavessa:

"Ouvi com atenção o protesto veemente do Sr. Presidente da Câmara acerca das relações com a Assembleia; eu queria a este respeito dizer ao Sr. Presidente e à Câmara que não se trata neste caso de desconsideração pessoal ou de falta de atenção em termos genéricos, penso que o fundamental que está em causa, é o efectivo respeito pelas funções e pelas competências que são próprias da Assembleia Municipal e que é necessário que exista uma constante vigilância no sentido dessas competências próprias serem efectivamente respeitadas, além de considerar que a Câmara pode ir muito mais além nesta matéria do co-respeito pelas competências próprias, trazendo à discussão na Assembleia problemas de âmbito mais geral, que embora não sejam da competência própria, possam e devam ser discutidos com a Assembleia enquanto fórum representativo do eleitorado do concelho e que pode dar um contributo para essa discussão. Penso que nem sempre, e frequentemente nem sempre tem sido respeitada essa competência e que frequentemente por omissão, pelo menos por omissão, essa competência é desrespeitada, tenho em conta por exemplo, que, o que já aqui se passou em relação ao caso do Parque de Feiras e Exposições, é um exemplo de que, se a competência da Assembleia Municipal: fosse para aprovar regulamentos, fosse para autorizar a constituição de uma entidade, uma empresa municipal que pudesse dar resposta ao tipo de problemas que a gestão do Parque coloca, se essa competência da Assembleia tivesse sido tida em conta, provavelmente hoje não estaríamos a discutir esta questão que já aqui foi trazida por outras bancadas. Tal como o regulamento do comércio, tal como, eu trago à Assembleia este problema, porque penso que tem também a ver com o que aqui se passou, por exemplo, há muitos meses que está a funcionar o Centro de Congressos de Aveiro e esta Assembleia não discutiu ainda o



Regulamento de Utilização do Centro de Cultura e Congressos, esta Assembleia não discutiu ainda uma Tabela de Taxas de Utilização do Centro de Cultura e Congressos, e entretanto essas taxas estão a ser efectuadas, estão a ser cobradas, portanto, é mais um caso em que há desrespeito pela Assembleia.

Quanto à questão do Recinto de Exposições, problema já aqui levantado por outras forças políticas, reservo para a discussão depois no concreto da admissão da Moção e da discussão do seu conteúdo, uma tomada de posição mais pormenorizada sobre esta matéria.

Quanto ao Plano Rodoviário Nacional para o ano 2000, o que me parece grave na actual situação não é este plano, que poucas alterações tráz no que diz respeito ao distrito de Aveiro, em relação ao plano anterior, o que me parece que é grave é que continua a haver uma grande indefinição em relação às datas de execução previstas para a conclusão de obras que são fundamentais para o desenvolvimento do nosso distrito e em particular do concelho de Aveiro. É evidente que este plano continua a prever o IC1, continua a prever o IP5, mas não nos diz quando é que se vai dar andamento aos troços que estão em falta, desse IC1, ou quando se vai proceder à melhoria do IP5; mais do que questionar este plano, penso que é o momento desta Assembleia fazer sentir aos órgãos do poder de que forma sente a necessidade da conclusão do IC1 e de que forma sente a necessidade no avanço das obras no IP5, assim, Sr. Presidente, ia apresentar na Mesa uma proposta de Moção que procura de alguma forma proporcionar a esta Assembleia a hipótese de proceder à pressão política necessária sobre os órgãos do poder competentes nesta matéria. Esta Moção sublinha a importância da conclusão do IC1, nomeadamente no troço entre Vagos e Maceda e a melhoria de condições de circulação e segurança do IP5 e fundamentalmente apela ao Governo, à Assembleia da República no sentido da inclusão no Orçamento de Estado do próximo ano, de verbas necessárias à execução das referidas obras com prioridade para a conclusão do IC1.

Seguidamente apresentou na Mesa a Moção que se transcreve:

"Moção

A Assembleia Municipal de Aveiro, reunida a 23 de Setembro de 1996, perante informações prestadas pelo Sr. Presidente da Câmara, relativa ao Plano Rodoviário 2000, deliberou:

1º Sublinhar a importância que têm, para o concelho de Aveiro, a rápida conclusão do IC1, nomeadamente dos troços entre Vagos e Maceda, bem como a melhoria das condições de circulação e segurança do IP5,

João
Neto
Brandão

2º Apelar ao Governo e à Assembleia da República no sentido da inclusão, no Orçamento de Estado para 1997, das verbas necessárias à execução das referidas obras, com prioridade para a conclusão do IC1,

3º Enviar esta Moção ao 1º Ministro, ao Ministro do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território e aos Grupos Parlamentares da Assembleia da República".

Entretanto entrou na sala o Vogal Rosa Pires.

Não se registando mais intervenções o Sr. Presidente da Mesa, preparava-se para submeter à votação do plenário a admissão ou não para discussão da proposta apresentada pelo Vogal Filipe Neto Brandão, quando foi interrompido pelo Vogal Armando Vieira.

Vogal Armando Vieira:

"Sr. Presidente, antes de entrarmos nessa fase, se me permite, eu gostaria de fazer aqui uma proposta, antes da discussão dessa proposta".

Presidente da Mesa:

"Desculpe, isto ainda não está à discussão, está à admissão".

Vogal Armando Vieira:

"Mas antes da admissão da proposta, eu gostaria de dizer que, dada a importância e o melindre de que se reveste a discussão das contas do Parque de Feiras e Exposições e, ainda, dada a situação anómala se existe...? vir dos Executivos liderados pelo anterior Presidente da Câmara, Dr. Girão Pereira, é bom não esquecer, propunhamos que o assunto seja retirado e agendado para nova reunião, para dar tempo a todos nós, de nos prepararmos para tratar este assunto convenientemente, era esta a nossa proposta".

Presidente da Mesa:

"Sr. Armando Vieira, há uma colisão de propostas e eu não posso fazer isso, quem pode retirar a proposta, é o Dr. Neto Brandão, se assim o entender, caso contrário tenho que prosseguir porque a proposta foi apresentada e até este momento mantém-se".

Vogal Filipe Neto Brandão:

"Eu penso, com o salvo e o devido respeito, que é muito, pela opinião adversa, os esclarecimentos que foram prestados hoje, são de molde suficiente a, como o Sr. Armando Vieira diz, a constatarmos que estamos perante matéria de especial melindre, assim sendo, penso que esta matéria só poderá ser abordada convenientemente e sem quaisquer melindres por uma entidade especialmente vocacionada para analisar da conformidade à lei ou sua desconformidade, da actuação das autarquias, essa entidade é a

Inspecção Geral da Administração do Território, e portanto, utilizando a argumentação que pretensamente poderia ser a inversa, eu entendo que, por esse mesmo motivo esta Moção deve ser hoje deliberada, e portanto pôr-se em marcha os mecanismos legais competentes para o efeito".

Entretanto saíram da sala os Vogais Vitor Mangerão e João Barbosa.

Presidente da Mesa:

"Pronto, Sr. Armando Vieira, compete à Assembleia decidir".

Vogal Coimbra Martins:

"Sr. Presidente, muito obrigado por me ter dado a palavra, gostava de dar a minha opinião sobre este assunto: eu penso que esta Assembleia não se pode demitir da sua função de esclarecer este assunto e, este assunto a meu ver, não foi ainda suficientemente esclarecido nesta Assembleia por parte da Câmara, este assunto não estava planeado pela Câmara para ser respondido; são feitas algumas acusações que considero graves e que por isso, eu preciso para avaliar bem na minha condição de membro desta Assembleia Municipal, preciso de respostas mais concretas, mais concisas, provadas com papéis, pela Câmara Municipal. De maneira que, não me parece absurda a proposta do Sr. Armando Vieira de que este assunto venha a esta Assembleia, preparado pela Câmara Municipal, para nós o podermos avaliar, que é para isso que nós estamos aqui, só depois, se tivermos realmente dúvidas, se tivermos suspeições, então sim, nessa altura, devemos chamar o IGAT, para colocar a situação na ordem. Agora, não nos podemos é demitir dessa nossa função e andarmos a chamar o IGAT por tudo e por nada, porque o IGAT ainda há pouco tempo esteve a fazer uma inspecção à Câmara e, se o IGAT não descobriu se havia algum erro, cabe-nos a nós, neste momento exercer esta função. De maneira que, eu acho que esta proposta não deve ser admitida a discussão, para já, devemos dar um certo tempo para discussão e por isso, a melhor maneira se calhar é agendar, tal como vai acontecer com a Transria, e não nos podemos esquecer disso, foi lançado um repto à Câmara para que o problema da Transria fosse esclarecido e, por isso, tal como o problema da Transria vai ser discutido nesta Assembleia, propõe-se que, o problema desta inspecção, seja também discutido numa outra altura. De maneira que, se esta proposta for levada à frente, penso que a opinião do PSD, é votar contra a oportunidade desta proposta".

Presidente da Mesa:

João
Paulo

"Muito bem, mantém-se a situação, tem que ser a Assembleia a decidir, portanto essa proposta poderá entrar em segundo lugar, se a primeira fôr rejeitada".

Vogal Filipe Neto Brandão:

"Apesar da proposta apresentada ter o meu nome como primeiro titular, foi subscrita por elementos das várias bancadas; uma vez que foi aqui referido por uma determinada bancada que traiu uma posição, eu questionaria se os elementos dessa bancada que subscreveram essa proposta, estariam interessados em retirar a sua assinatura dessa proposta?"

Vogal Nuno Tavares:

" Muito obrigado Sr. Presidente, fui chamado à colação, subscrevi conscientemente e responsabilmente a proposta, e o facto de vir possivelmente assumir posição diferente dos meus ilustres colegas de bancada, não me foi como é habitual no PSD, requerida ou imposta disciplina partidária, o PSD é um partido onde o valor fundamental é a liberdade de opinião e a liberdade de assumir a responsabilidade pelas opiniões que se assumem e, eu, sem deixar de ver alguma razão àquilo que o meu colega Dr. Coimbra Martins, acabou de dizer, eu entendo de outra maneira, é que de facto surgiu aqui matéria de tal melindre e de tal gravidade, que será naturalmente, não apenas a Assembleia, não apenas a comunidade aveirense, como sobretudo a entidade que aqui aparece potencialmente, eventualmente como arguida, a principal interessada em ver esclarecida esta matéria, logo entendo que, independentemente de eventualmente também se poderem desperdiçar aqui algumas horas a discutir sem resultados práticos, que será a entidade oficialmente legalmente vocacionada para analisar e para decidir e para tirar conclusões sobre esta matéria, que deve primacialmente ser chamada a pronunciar-se e a pronunciar-se então com conhecimento total, profundo da matéria que nos virá dizer quais foram as conclusões a que chegou, deliberando esta Assembleia politicamente com as conclusões que forem tiradas".

Vogal António Salavessa:

"Srs. membros da Assembleia, não é preciso fazer um esforço muito grande de imaginação para pensar que amanhã ou depois de amanhã vão surgir parangonas nos órgãos de comunicação social que vão falar deste problema, até digo mais, é evidente que qualquer inspector do IGAT ou qualquer entidade responsável do IGAT que leia essas notícias, vai sentir que aqui há um problema que tem que ser esclarecido, é óbvio que tem que

João Pedro Dias

ser esclarecido, visto que é evidente que hoje, todos sabemos aqui que há irregularidades cometidas, o Sr. Presidente, implicitamente ou explicitamente acabou por o admitir, terá as suas explicações ou não terá, mas há irregularidades que estão de facto cometidas, eu já o disse, até por falta de respeito por esta Assembleia... mas são muito mais do que isso, parece-me muito mais lógico e abona muito mais a favor do concelho, que seja este órgão a requerer a averiguação total dessas irregularidades, do que isso partir de qualquer entidade. Eu, se fosse à Câmara, seria o primeiro a querer agora que fosse esclarecido pelo menos isto, se houve aproveitamento próprio ou não e que isso seja esclarecido, porque a responsabilidade da Câmara e dos elementos da Câmara será diferente num caso ou noutro, não tenham medo Srs. Deputados, vamos pedir a inspecção".

Vogal João Pedro Dias:

"Sr. Presidente, Srs. membros da Assembleia, muito rapidamente para dizer o seguinte: pela nossa parte já não é a primeira nem a segunda vez que esta bancada aprovou que os serviços camarários fossem auditados ou sindicados por entidades externas; como o Sr. Salavessa bem referiu, a nova lei da tutela de certa forma aligeirou as sanções para a prática de determinadas irregularidades, penso que esse aligeiramento de sanções em termos nomeadamente de perda de mandato, que era no fundo o grande "espantalho" com que sempre os autarcas viviam, penso que esse aligeiramento aumenta a responsabilidade desta Assembleia, pela nossa parte, apenas aquilo que podemos dizer é o seguinte: consideramos que o assunto não está suficientemente estudado nem suficientemente debatido, podíamos nos agarrar inclusivamente a argumentos jurídicos, segundo os quais as Assembleias não podem deliberar sobre matérias não inscritas na ordem do dia, e portanto era questionável desde logo que pudesse esta deliberação aqui ser tomada, mas não vamos por aí, a única garantia que a bancada do PP pode dar à Assembleia, é que, se depois do assunto aqui ser estudado, depois do assunto aqui ser debatido e sobretudo depois da Assembleia esgotar a sua função fiscalizadora, que tantas vezes reclama, mas que hoje parece que se está a querer demitir-se, mesmo assim a subsistirem dúvidas na parte desta bancada, pode o Sr. Salavessa, podem os subscritores da proposta do PS, todos os membros da Assembleia estar conscientes de que, a bancada do PP, votará tal como de outras vezes já o tem feito, no sentido de pedir as auditorias, as sindicâncias, as averiguações externas que se tornarem necessárias, porque sobretudo, Srs. membros da Assembleia, somos fiéis à

máxima: "quem não deve não teme", mas não pensamos ter a verdade absoluta e até admitimos que possa haver erros, que esses erros justifiquem ou não o chamamento da entidade externa, debata-se o assunto, agende-se o assunto, e logo estaremos par tomar uma posição final".

Presidente da Mesa:

"Meus senhores, quem aprova..."

Vogal Armando Vieira:

"Não temos nada a dizer, mantemos a proposta que fizemos vamos às votações".

Presidente da Mesa:

"Portanto quem concorda com a admissão da proposta subscrita em primeiro lugar pelo Dr. Neto Brandão, faz favor de levantar o braço".

Submetida a proposta à votação do plenário, foi rejeitada a sua admissão por dezoito votos contra, sendo treze votos do PP e cinco do PSD, dez votos a favor, sendo sete do PS, dois do PSD e um da CDU e duas abstenções do PSD.

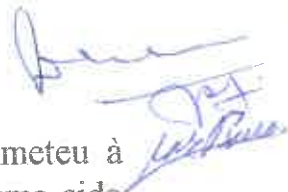
Seguiu-se uma declaração de voto do Sr. Presidente da Mesa, Dr. Rogério Leitão, nos seguintes termos: *"votei contra a proposta na convicção de que a Câmara Municipal terá sido devidamente alertada para a gravidade do problema por forma a esclarecê-lo e clarificar e legalizar a situação que neste momento se considera mais obscura".*

Entretanto saiu da sala o Vogal Nuno Tavares.

Seguidamente o Sr. Presidente da Mesa, leu a proposta e submeteu à admissão do plenário a proposta apresentada pelo Vogal Armando Vieira, cujo teor se passa a transcrever:

"Proposta/Requerimento

Dada a importância e o melindre de que se reveste a questão das contas do Parque de Feiras e Exposições e, Considerando que não estamos preparados para analisar em consciência, as questões emergentes do esclarecimento pretendido, e ainda que a situação anómala, a existir, já vem dos executivos do anterior Presidente da Câmara, Dr. Girão Pereira, entendemos que: devem ser prestados todos os esclarecimentos pelo actual executivo na próxima reunião e nesse momento decidir do interesse na inspecção pelo IGAT ou não".



Imediatamente a seguir o Sr. Presidente da Mesa submeteu à votação do plenário a admissão ou não desta proposta, tendo a mesma sido admitida por vinte e quatro votos a favor, sendo seis votos a favor do PS, nove votos a favor do PP, oito votos a favor do PSD e um voto da CDU e cinco abstenções, sendo quatro do PP e uma do PS.

Seguiram-se declarações de voto dos seguintes Vogais:

Do Vogal Dinis Correia, nos seguintes termos: - *"Eu abstive-me, pelo facto de, nesta proposta ser indicado que este assunto devia ser posto à discussão e agendado para a próxima reunião, e isso não vai dar tempo, nem à Câmara, nem aos próprios membros desta Assembleia, de se debruçarem sobre o assunto, eu penso que deveria ser, em vez de ser "na próxima reunião", na próxima sessão"*.

Presidente da Mesa:

"É verdade, mas depois quem fez a proposta pode clarificar este ponto".

Do Vogal António Salavessa, nos seguintes termos: - *"Vai ser muito difícil Sr. Presidente, verem o PCP alguma vez votar contra a admissão de uma proposta, comportamento que eu gostaria que fosse idêntico noutras situações: as propostas devem ser rejeitadas depois da sua discussão e não na admissão, por isso votei a favor"*.

Do Vogal Pedro Dias, nos seguintes termos: - *" Sr. Presidente, eu introduzia um ponto prévio, porque devo dizer que também votei a proposta no pressuposto de que, de facto reconheço que, enfim, que talvez houve uma falta de atenção de que a proposta se referia não à próxima reunião, mas à próxima sessão, até porque a próxima reunião tem ordem de trabalhos que é a ordem de trabalhos que temos hoje, portanto, e que votar a proposta para a próxima reunião, significava objectivamente alterar a ordem de trabalhos, o que eu penso que não foi feito."*

Posto isto, gostava de exprimir o seguinte: a bancada do PP, votou favoravelmente a admissão desta proposta por uma questão de respeito com a bancada que a subscreveu, porque isso, de facto, no seu resultado final coincide com o nosso pensamento, pese embora não possamos subscrever na íntegra todos os seus fundamentos".

Do Vogal Raul Martins, nos seguintes termos: - *"Sr. Presidente, eu queria apenas dizer que a proposta foi lida duas vezes, duas vezes em voz alta e, nesse sentido foi votada. Não vejo nenhuma forma de contornar esse problema, a proposta foi aprovado nos estritos termos em que foi feita e nos*

estritos termos em que foi votada, depois de ser lida duas vezes pelo Presidente da Mesa."

Presidente da Mesa:

"A proposta foi admitida, neste momento não está aprovada nem reprovada".

Vogal Armando Vieira:

"Esclarecendo, a bancada do PSD subscreve a alteração que inicialmente constava aqui até do apontamento inicial, de que fosse na próxima sessão, obviamente para ser agendado tem que ser na próxima sessão como se depreende da leitura do texto".

Vogal Raul Martins:

"Eu penso que há uma forma legal de derimir esse problema, que é: o PSD vota agora contra a proposta e apresenta nova proposta, e que altera o texto, porque quem não sabe escrever... chapéu..."

Vogal Armando Vieira:

"Para ultrapassar a questão, retiro a proposta tal qual ela foi votada..."

Vozes: *"não pode! não pode!"*

Vogal Armando Vieira:

"Sr. Presidente, então voltando a referir aquilo que há pouco referi: como se depreende do texto, da leitura do texto, é óbvio que a intenção era escrever "sessão" e não "reunião". Suponho que isto é uma questão de lana caprina, que para o interesse daquilo que está em jogo deve ser ultrapassado a bem do município e desta Assembleia e da imagem até desta Assembleia".

Entretanto deu novamente entrada na sala o Vogal Nuno Tavares.

Vogal Raul Martins:

"Posso eu ter percebido mal, eu agradecia ao Sr. Presidente, que mais uma vez, lesse a proposta que foi apresentada pela bancada do PSD, cuja admissão foi aqui votada favoravelmente, porque, qualquer dia, vamos supôr que estava escrito "bicicleta" e depois as pessoas entendem todas que não é uma "bicicleta" que é uma "motorizada", o que está escrito é, tanto quanto eu me apercebi, "reunião" e foi dessa forma que eu entendi e que eu votei; dizem agora que onde está "reunião" deva ler-se "sessão", ora, obviamente, são duas coisas diferentes e não pode haver alteração à proposta neste momento".

Presidente da Mesa:

Armando Vieira

"Dr. Raul Martins, é de facto aquilo como eu li, é "reunião" que está cá. Eu julgo que a Assembleia está suficientemente esclarecida e elucidada sobre o problema que se está a apresentar, portanto, se estão de acordo e se não há mais nada a discutir, nós passávamos à votação e, depois de acordo com o resultado poderia ser apresentada nova proposta se fosse caso disso, isto é a minha opinião, é uma maneira de ultrapassar o problema rapidamente. Está apresentada uma proposta e está referida uma "reunião", portanto se a Assembleia concorda e se entende que na realidade deve ser na próxima "reunião" que este assunto deve ser tratado, vota a favor; se considera que não deve ser tratado na próxima reunião vota contra. Se o PSD entender que na realidade deve apresentar uma proposta para a próxima "sessão", nesse caso poderá propôr em resultado da negativa desta proposta".

Imediatamente a seguir o Sr. Presidente da Mesa submeteu o assunto à votação do plenário, tendo a proposta do Sr. Armando Vieira sido rejeitada por vinte votos contra e dez a favor, sendo treze votos contra do PP e sete votos contra do PSD e dez votos a favor, sendo sete votos a favor do PS, dois votos a favor do PSD e um voto a favor da CDU.

Seguiram-se declarações de voto dos seguintes Vogais:

Do Vogal Nuno Tavares, nos seguintes termos: - "Sr. Presidente, eu, muitas vezes na minha vida tenho sido acusado de levar coisas sérias a brincar, uma coisa é levar a brincar por fora e outra coisa é, digamos, intimamente fazer chacota, o que é pior; agora, há uma coisa que eu não percebo, é que de facto se tenha elevado este assunto a um nível muito importante, e tenha acabado da maneira que acabou; eu só espero é que de facto os Srs. jornalistas sejam condescendentes com aquilo que aqui se passou, é que a questão é esta: qual foi o resultado substancial de tudo isto? o resultado substancial de tudo isto, é que de facto a Câmara se livrou de um peso muito grande...

Presidente da Mesa:

"Dr. Nuno Tavares, terminou?"

Vogal Nuno Tavares:

"Perdão Sr. Presidente, eu estou a fazer uma declaração de voto e, na medida em que se entendeu que o assunto era suficientemente sensível, suficientemente relevante para ser objecto de uma análise específica, fosse pelo órgão político em primeiro lugar, fosse pelo órgão tutelar em primeiro e depois pelo órgão político, afinal nada disto aconteceu, eu estou triste porque entendo que a Câmara, esta Câmara, com

esta componente humana, quando actuou ao longo deste tempo que tem passado, actuou de boa fé, actuou digamos sem ter objectivos nem interesses marginais ou pessoais, entendo que deveríamos ter dado uma oportunidade para que este assunto tivesse sido suficientemente debatido e clarificado, assim não foi, eu creio que foi um mau serviço que hoje prestámos à comunidade aveirense".

Do Vogal Manuel António Coimbra, nos seguintes termos: - "Fazer confusão entre "reunião" e "sessão" não é inédito nesta Assembleia, eu recorde, que aqui há umas Assembleias atrás, nós gastámos mais de uma hora no início de uma das reuniões a discutir o problema de "sessão" e "reunião", de maneira que não é inédito; agora, o que me parece e confirmei, é que o PS está mais interessado em arranjar factos políticos, do que discutir os problemas do município, porque, se tivesse querido realmente discutir os problemas do município, não tinha arranjado toda esta cena hilariante, e tinha concordado com o entendimento de toda a gente, que era um assunto importantíssimo e que a Câmara o devia ter discutido em devido tempo, daí que, não tenho problemas nenhuns em ter votado contra uma proposta que eu próprio subscrevi, no pressuposto de que realmente legalmente houve ali uma troca, de maneira que não tenho problemas nenhuns em ter votado contra a minha proposta; de maneira que a proposta está mudada, está nos pressupostos que realmente são pressupostos que nós queremos, de maneira que agora é esta a nossa proposta".

Do Vogal António Salavessa, nos seguintes termos: - "Eu não sei Sr. Presidente, o que é que se vai passar até ao fim desta sessão... mas eu queria deixar aqui vincado um protesto pela forma que roça a chicana política com que alguns assuntos aqui têm sido discutidos.

Querida afirmar em declaração de voto que: votei a favor da proposta apresentada pela bancada do PSD porque ela poderia proporcionar o esclarecimento da situação, e que o facto de ser "reunião" ou "sessão", para isto não tinha qualquer relevância. E, queria afirmar aqui que, caso esta Assembleia não conclua de uma forma esclarecedora e digna em relação aos eleitores do concelho, eu próprio, depois de informado o meu Partido e com autorização do meu Partido, farei o pedido de inquérito ao IGAT, sobre esta situação, visto que o inquérito, nos termos do artº3º da Lei da Tutela, pode ser apresentado ou pedido ou requerido por qualquer pessoa singular ou colectiva".

Do Vogal Armando Vieira, nos seguintes termos: - "Sr. Presidente, ficou comprovada a justeza da nossa proposta, e ficou

comprovada porque afinal o assunto parece não ter gravidade nenhuma, a avaliar pelos risos e pela diversão com que o PS está a tratar o assunto, afinal, apresentaram-se aqui sérios, tensos, preocupados, agora estão a rir a bandeiras despregadas, afinal o assunto não tem gravidade nenhuma. Daí que, isso só confirma que nós, mais avisados e sensatos, estamos no caminho certo. Daí, reformulámos a nossa proposta e ela aí está Sr. Presidente".

Da Vogal Virgínia da Silva Veiga nos seguintes termos: - "Votei a favor da admissão da proposta, porque no seguimento da proposta apresentada seriamente pelo PS pareceu do maior interesse que o assunto fosse discutido com a mior brevidade; votei depois a favor do conteúdo da mesma proposta, porque, com a mesma seriedade entendia que de facto assim, era garantida a urgência de tratamento do assunto na próxima reunião".

Do Vogal Filipe Neto Brandão, nos seguintes termos: - "Basicamente para subscrever na íntegra a intervenção, não esta, mas a imediatamente anterior, do Sr. Salavessa, no sentido de que, esta Assembleia não presta um bom serviço ao concelho e, principalmente, num acto de solidariedade dúbia, não presta um bom serviço à Câmara Municipal. Teria a possibilidade de pôr fim desde já a qualquer suspeição que não foi levantada por nós, mas o certo é que até à próxima discussão desta matéria ela está instalada, e está instalada porque foi dilatada no tempo a sua discussão. Quero frisar e salientar aquilo que o Sr. Salavessa também disse, que não é o facto desta Assembleia ter tentado de alguma forma dilatar no tempo a discussão desta matéria, que impede que o IGAT venha a apreciar esta matéria, e, finalmente, responder ao Sr. Armando Vieira, no sentido de que, as gargalhadas que ouviu da bancada do PS, não foram obviamente incidentes sobre a gravidade desta matéria, foram obviamente incidentes tão só na posição da bancada do PSD que, na ânsia de dar cobertura e no expressar da sua incomodidade, a meu ver inexplicável perante esta matéria, dá o dito por não dito de forma tão clara".

Do Vogal Armando Vieira, nos seguintes termos: -"Sr. Presidente, registamos com satisfação a declaração de voto do Sr. Salavessa, e ainda a auto crítica do Sr. Dr. Neto Brandão, que admitiu que a questão de "reunião" ou "sessão", era de somenos para a gravidade do assunto em discussão, é bom que isso fique registado".

*Neste momento saiu da sala o Vogal João Gabriel Santos.
Presidente da Mesa:*

Armando Vieira

"Neste momento o Sr. Armando Vieira, voltou a apresentar outra proposta, com o teor que passo a ler:

"Dada a importância e o melindre de que se reveste a questão das contas do Parque de Feiras e Exposições e, Considerando que não estamos preparados para avaliar em consciência, as questões emergentes do esclarecimento pretendido, e ainda que a situação anómala a existir, já vem dos executivos do anterior Presidente da Câmara, Dr. Girão Pereira, entendemos que: devem ser prestados todos os esclarecimentos pelo actual executivo na próxima sessão e nesse momento decidir do interesse da inspecção pelo IGAT ou não".

Seguidamente o Sr. Presidente da Mesa, submeteu à votação do plenário a admissão para discussão desta proposta, tendo a mesma sido admitida por vinte e sete votos a favor e duas abstenções, sendo dez votos a favor do PP, nove votos a favor do PSD, sete votos a favor do PS e um voto a favor da CDU e duas abstenções do PP.

Seguiu-se uma declaração de voto do Vogal Raul Martins, nos seguintes termos: - "Votei a favor, consoante votei a favor as duas propostas anteriores, porque, quer eu, e penso que aqui estou a representar todo o Partido Socialista, estamos disponíveis para discutir este problema hoje, na próxima reunião, ou na próxima sessão, embora como entendemos na nossa proposta, preferíssemos que fosse discutida, depois de haver um documento independente do IGAT, que servisse de base à discussão".

Aberta a discussão, usou da palavra a:

Vogal Virgínia da Silva Veiga:

"Pessoalmente subscrevo a proposta primeira do Partido Socialista, e portanto entendo sem dúvida rigorosamente nenhuma aquilo que já aqui foi dito, de que realmente esta Assembleia, pelo menos por parte da bancada do Partido Socialista não se limitou a apresentar uma "queixinha", apresentou-se aqui a sugerir uma inspecção rigorosa, a que nós, Deputados Municipais individualmente não poderemos ter acesso, e pusemos isso como questão prévia fundamental numa discussão mais aberta sobre esse assunto, portanto, subscrevendo essa mesma proposta e tendo-a votado favoravelmente nesta consciência, é assim que me mantenho e portanto lamento que a não tenham aprovado, não posso por isso concordar com esta que agora é apresentada".

Vogal Armando Vieira:

"Sr. Presidente, nós apresentámos esta proposta, porque sensatamente deve ser dada uma primeira oportunidade ao Executivo Municipal de se pronunciar sobre a questão em apreço e, a própria

proposta não inviabilisa nem poderia fazê-lo, e nós concordaremos com isso, se entendermos nessa sessão da Assembleia que é caso para isso, a tal inspecção requerida pelo PS, pelo IGAT ao assunto em questão".

Vogal Raul Martins:

"No referente à discussão da proposta, eu gostaria de dizer o seguinte: esta Assembleia existe basicamente, ou uma das suas funções, é fiscalizar as acções do Executivo; é óbvio que a sua fiscalização deve ser antes demais e fundamentalmente uma fiscalização política dos actos do Executivo, por isso, nós propusemos que antes houvesse uma apreciação técnica feita por um organismo tecnicamente capaz e independente, para depois podermos aqui trazer o assunto à colação e fazer a apreciação política do problema; acontece que assim não o quiseram os Srs. Deputados das bancadas do PP e parte da bancada do PSD e, agora o que eu me questiono é o seguinte: nós iremos fazer uma apreciação nos termos das apreciações que podemos fazer, política dos actos do Executivo e vamo-nos basear para essa apreciação política certamente em dados técnicos; como é que vamos ter acesso a esses dados técnicos? como é que a Câmara vai pôr à disposição os elementos técnicos para nós podermos fazer essa apreciação política? vai haver alguma Comissão para fazer um livro branco sobre este assunto? como é que vai ser gerido este problema? isto é, como é que esta Câmara vai poder avançar na apreciação política dos actos do executivo se, até à próxima sessão não forem cedidos esses dados às bancadas?"

Entretanto deu novamente entrada na sala o Vogal Vitor Mangerão.

Vogal Pedro Dias:

"Sr. Presidente, muito rapidamente; estava muito mal esta Assembleia se, sempre que tivesse que formular juízos políticos houvesse necessidade primeiramente de pedir os pareceres dos técnicos, muito mal estaria esta Assembleia, estou firmemente convencido que a Câmara e o Executivo, fornecerão todos os elementos que a Assembleia entender, seguramente todos os grupos parlamentares terão os seus técnicos, conhecerão técnicos, saberão analisar tecnicamente, têm obrigação de o fazer e depois emitir o seu juízo político, não posso, desculpem-me a expressão, admitir que se ponha o "carro à frente dos bois", isto é, esta Assembleia é política, exerça as suas competências políticas, e cada agrupamento parlamentar tem a obrigação de se estribar nos conhecimentos técnicos necessários, à apreciação política do que estiver em causa".

Vogal Raul Martins:

"Muito obrigado, eu agradeço as palavras sensatas do Sr. Dr. Pedro Dias e, agradeço a disponibilidade que em nome da sua bancada dá às outras bancadas desta Assembleia de efectivamente ter acesso aos documentos que podem permitir uma apreciação técnica e posteriormente uma apreciação política e, nesse sentido requeiro que a Câmara forneça ao nosso grupo parlamentar todas as fotocópias de documentos que constam das contas, da chamada Comissão de Parques de Feiras e Exposições, dos últimos três anos, no mínimo".

Não se registando mais intervenções o Sr. Presidente da Mesa, submeteu a proposta apresentada, à votação do plenário, tendo a mesma merecido aprovação por vinte e oito votos a favor e duas abstenções, sendo uma do PS e a outra do PP.

Vogal Raul Martins:

"Sr. Presidente, não é bem uma declaração de voto, mas é para explicitar aquilo que foi aqui previamente acordado. Gostaríamos então de saber se o Sr. Presidente nos vai apresentar fotocópias de todos os documentos de receita e de despesa e a sua respectiva contabilização, movimentos bancários, etc, etc, dos últimos três anos, gostaria de saber Sr. Presidente, dentro de quanto tempo é que vamos dispôr desses elementos e qual a antecedência mínima com que esses documentos nos vão ser distribuídos, antes dessa sessão em que se vai fazer a apreciação política desses documentos.

Entretanto saíram da sala os Vogais Armando Vieira e Vitor Mangerão.

Presidente da Câmara:

"Se fôr desejo do Sr. Dr. ou de qualquer outro Deputado consultá-los amanhã, as portas estão abertas, independentemente de poder tirar as fotocópias e fornecê-las, não há problema absolutamente nenhum. Só quero significar com isto a abertura total a que sejam obtidas as cópias de todos os documentos, sem escamotear nada".

Vogal Raul Martins:

"Dada a disponibilidade do Sr. Presidente da Câmara, eu então sugeria que esse dossier completo fosse entregue com um prazo mínimo de quinze dias antes da próxima sessão".

Encerrada esta proposta, o Sr. Presidente da Mesa, submeteu à votação do plenário, a Moção apresentada pelo Sr. Salavessa, no início dos trabalhos. Submetida à votação foi a mesma aprovada por unanimidade.

Ben
1996

PONTO Nº 1 - COMUNICAÇÃO ESCRITA DO SR. PRESIDENTE DA
CÂMARA MUNICIPAL

NOTA: - A Comunicação escrita do Sr. Presidente da Câmara, foi já distribuída por todos os membros desta Assembleia, pelo que a mesma, faz apenas parte integrante do original desta acta.

Seguidamente usou da palavra o Sr. Presidente da Câmara, para fazer a apresentação da Comunicação supra e para destacar alguns aspectos mais importantes da actividade municipal no decurso do trimestre, tendo-se colocado de seguida à disposição dos Srs. Deputados Municipais para eventuais esclarecimentos.

Aberto o período de pedidos de esclarecimentos, usou da palavra:

Vogal Álvaro do Bem:

"O Sr. Presidente, falou há pouco numa grande superfície, penso que na área do Cojo, parece-me que é cíclico nesta Assembleia falar-se de grandes superfícies, a sua localização... e depois ficar qualquer coisa suspensa no ar que não há seguimento. O problema das grande superfíceis devia de preocupar a Câmara não só no sentido comercial do acto, primeiro por duas situações que para mim considero prioritárias: em primeiro lugar a questão do emprego na nossa cidade e, ao contrário da opinião de muito boa gente, penso que as grandes superfícies não são geradoras de emprego, pelo contrário; não me arvorando em defensor do pequeno comércio, queria esclarecer que é essa a minha posição, e preocupa-me sempre ao falar em grandes superfícies a quantidade e a densidade das grandes superfícies existentes no nosso concelho; neste momento temos o que temos, e voltamos outra vez a falar de uma grande superfície para a área do Cojo; falou-se no aproveitamento das instalações da Casal, falou-se na questão do Eucalipto; alguém ainda aventou a possibilidade de uma antiga fábrica de serração para os lados de Verdemilho, não será uma grande superfície, mas poderá considerar-se também uma área de superfície fora do normal, e isto porque terá graves implicações em termos de debilidade de emprego e de quantidade e de qualidade de emprego na nossa zona; isso significa fixação de pessoas, e penso que as grandes superfícies não só porque estão sediadas fora do concelho, não têm em termos fiscais e afins, como o Sr. Presidente calculará, não será uma grande geradora de receitas e de desenvolvimento para o nosso concelho.

João
António
Salavessa

Finalmente queria que o Sr. Presidente me desse esclarecimentos mais aprofundados sobre esta grande superfície".

Entretanto deu novamente entrada na sala o Vogal Armando Vieira.

Vogal António Salavessa:

"Sr. Presidente, é evidente que eu leio a "Comunicação Escrita", e como é normal esse documento suscita dúvidas, interrogações, que não posso deixar de colocar apesar do adiantado da hora, apesar do cansaço, por isso vai-me desculpar, como os outros membros da Assembleia me desculparão certamente que eu as coloque. Assim, na página três, tive o cuidado de ver os números de pessoas que visitaram a "Galeria dos Morgados da Pedricosa", que visitaram a "Galeria Municipal" e que visitaram o "Centro de Cultura e Congressos". É lógico que nós somos esmagados pelo número de pessoas que visitou o Centro Cultural e de Congressos, mas depois, se descontarmos os noventa e cinco mil visitantes da "Exposição Terra Amada", só ficam para o conjunto dos outros eventos que entretanto ocorreram no Centro de Congressos, três mil e quinhentos visitantes; ponho isto aqui, porque me parece que o "Centro de Cultura e Congressos" deve ser objecto de uma planificação especial, portanto está provado que pode ter gente, mas, fora esses eventos devidamente projectados, é difícil a deslocação das pessoas para aquele lado, e que tem que ser feito um programa específico que rentabilize e que mobilize para aquele local, ou chegaremos à conclusão de que, quando não houver exposições do tipo da "Terra Amada" a deslocação para o "Centro de Congressos" é relativamente pequena.

Na página quatro, está escrito que se prepara a reunião do Conselho Consultivo da Juventude; na última reunião desta Assembleia, foi sugerida a alteração da composição deste concelho, queria saber se já houve alteração da composição, nomeadamente tendo em conta as Juventudes das organizações partidárias?

Na página treze, chamava atenção mais uma vez para o ponto cinco desta "Comunicação", da "Protecção Civil", em que mais uma vez é chamada a atenção: "para que deve ser ponderada a mais que limitada operacionalidade do Serviço Municipal de Protecção Civil, com os inúmeros inconvenientes que advêm de tal circunstância", não é papel desta "Comunicação" estar com este tipo de lamentações, este tipo de "Comunicação" deve-nos dar as respostas a este tipo de preocupações e, como já na sessão anterior isto se colocou, chamava atenção agora novamente para isto.

João
PS

Na página dezassete, em: "Outras Tarefas da Gestão Urbanística" está referido o seguinte: referem-se aqui as reuniões no âmbito do Planeamento Municipal da Gestão Urbanística, nomeadamente: para implantação da Escola Básica Integrada do Ensino Particular, em Eixo, visitaram-se vários locais, tendo um por mais central, e deu-se início aos contactos com os proprietários da zona".

Ponto seguinte: - "para autorização de uma C+S, na Freguesia de St^a Joana, de carácter particular, tendo-se desenvolvido contactos com interessados, Juntas de Freguesia, etc.; isto suscita-me uma dúvida: é função da gestão urbanística da Câmara, andar à procura de terrenos para a implantação de Escolas do Ensino Particular? é essa a função que cabe? e teve contactos com os proprietários? ora, se se trata de uma instituição particular (eu nem sei se é no campo estritamente privado, ou no campo social? se fôr no campo social ainda sou capaz de admitir alguma colaboração), mas se não fôr no campo social, não vejo onde é que os serviços da Câmara devem andar a procurar terrenos para a implantação de instituições privadas e a resolver problemas com os proprietários, pois que seja essa instituição privada a resolver esses problemas.

Na página dezoito, fala-se na rectificação da EN 230 entre Esgueira e Eirol; como nesta zona surgiram há dias problemas muito grandes com as chuvadas e que houve a inundação das propriedades e das lojas de particulares que ficam à margem desta estrada e que isso aconteceu em resultado das obras, queria saber como é que foi possível que isto tivesse acontecido, de quem é a responsabilidade? é da JAE, é da Câmara?

Na página vinte e oito, fala-se que estão a decorrer estudos e levantamentos de dados técnicos, tendentes à implementação: de entre aquilo que se está a preconizar, fala-se no cartão de morador como garante dos direitos dos cidadãos residentes. Viva o cartão de morador. vivam os direitos dos cidadãos residentes, mas atenção, isto é uma alteração ao Regulamento dos Parcómetros, e como tal terá que vir a esta Assembleia, avancem, estudem, mas tragam à Assembleia para a decisão.

Perguntar ao Sr. Vereador Vitor Silva, se já foi à reunião do Plano Regional de Ordenação do Território que está indicada na Comunicação e se já tem esclarecimentos sobre a Rede Natura 2000, nomeadamente no que possa ter de implicação em relação ao nosso concelho?

Por último, suscitado pelo meu colega do PS, sobre a questão da grande superfície comercial para o Cojo, eu não me quero antecipar à

intervenção do Sr. Presidente, mas queria dizer que não é surpresa para ninguém, desde sempre que se sabe que ao Projecto do Cojo, está inerente uma grande superfície comercial, que a instituição Holandesa que ganhou o projecto, a base do seu projecto, é essa área comercial, e que, como é sabido, até foi pela mão de Vereadores do PS que essa instituição teve os primeiros contactos com a Câmara Municipal de Aveiro, não nos venham agora com surpresas....!"

Vogal Álvaro do Bem:

"Sr. Presidente, vou partir do princípio que a minha intervenção não terá sido tão clara para o Sr. Deputado Salavessa a ter percebido, mas, o que eu pedi ao Sr. Presidente da Câmara, é que me esclarecesse em relação à política das grandes superfícies, eu não falei sobre esta só, disse e falei sobre aquilo que estava no contexto geral das grandes superfícies e daquilo que se fala em relação às grandes superfícies para o concelho de Aveiro".

Vogal Armando Vieira:

"Relativamente à Zona Industrial de Taboeira, queria perguntar se o Plano de Pormenor daquela zona, inclui a área onde está instalada a metalurgia "Casal", e se se prevê para esse espaço mais uma grande superfície comercial? desejava saber se este plano está pronto, e se não está, para quando é que se prevê a sua conclusão e quais os prejuízos ou vantagens que daí advêm para a "Casal" e muito especialmente para os seus trabalhadores, que estão desejosos de saber qual é o seu futuro.

Na página dezanove, fala-se nas passagens desniveladas, Sr. Vereador Vitor Silva, vocês não imaginam as pressões que eu estou a receber da população, por verem construir-se Passagens Desniveladas em locais perfeitamente de quinta categoria, por comparação com a Passagem de Nível de Quintãs; não sou contra as outras Passagens de Nível, mas, se as coisas têm que ter uma hierarquia de prioridades, eu suponho que neste caso, Quintãs é de longe, na linha do norte, a Passagem de Nível que tem mais tráfego, não entendo por isso porque é que esta obra não avança.

Relativamente à iluminação decorativa, fez-se a primeira fase da iluminação decorativa da Igreja da Oliveirinha, é uma Igreja com alguma imponência, mas está só iluminada na parte superior e, aqui está um dos sintomas que eu noto de discriminação política, porque todas as outras Igrejas foram iluminadas numa só fase. Outro exemplo disso, é também o facto de: para uns reles balneários em Oliveirinha, a Câmara mandou dividir a obra em duas fases, e noutros locais que eu não vou citar os nomes, foram construídos de uma vez só, porquê? depois veja se eu tenho

ou não tenho razão quando digo que há discriminações. Não foi autorizada a recuperação da Escola de Quintãs porquê? depois digam se eu tenho ou não tenho legitimidade para reivindicar, para dizer que há discriminação política.

Finalmente ainda no âmbito da reconstrução de salas pré-primárias, pedia ao Sr. Presidente que mandasse transferir, para não dar trabalho à Câmara, está provado que nós, Juntas de Freguesia podemos muito mais rapidamente e com menores custos, executar esses trabalhos, façam o favor de mandar transferir para a Junta de Freguesia de Oliveirinha, a mesma verba que foi transferida para a Junta de Freguesia de S. Bernardo, para o mesmo fim."

Vogal Raul Martins:

"Sr. Presidente, era mais para falar de uma coisa que não diz no documento e que é a seguinte: ouviu-se dizer que durante este tempo a que reporta a Comunicação do Sr. Presidente da Câmara, houve alguma recomposição a nível da Vereação, nada é afirmado no documento, e eu gostava de saber se efectivamente existiu e quais foram as razões que levaram a que se desse essa alteração, se ela efectivamente existiu?"

Usou seguidamente da palavra o Sr. Presidente da Câmara, que começou por dizer que houve de facto uma recomposição da Vereação, e tal como acontece com todas as notícias, a Comunicação Social transmitiu isso também. As razões são pessoais, foi o Eng^o Vítor Silva, que ocupou um lugar num Conselho de Administração de uma empresa privada, e automaticamente pediu a suspensão de Vereador a tempo inteiro, ficando apenas como Vereador a meio tempo.

Relativamente à grande superfície do Cojo, não se trata de um hipermercado, trata-se de um shopping devidamente integrado, com lojas e com galerias comerciais.

No que se refere à regra geral das grandes superfícies, elas não dependem da decisão da Câmara, dependem da decisão Governamental, que as autoriza.

Por outro lado a Câmara, debruçou-se atentamente sobre o pequeno comerciante e assinou um acordo com a Associação Comercial, no âmbito do "Procom", para fazer aquilo que foi dado a conhecer e a que chamou de "Centro Comercial Aberto da Zona Antiga", colaborando assim com a verba de trezentos e sessenta mil contos, com vista a valorizar toda aquela área, possibilitando aos pequenos comerciantes a melhoria do seu comércio, a presença de pessoas, retirando o trânsito, criando bem estar, houve portanto uma atenção para com o pequeno comerciante.

João
J. Sousa

Relativamente ao Plano de Pormenor da Zona Industrial de Taboeira, disse que o mesmo está em fase de regulamento, não tendo ainda sido tornado público. Acrescentou que, algum atraso que tem havido na aprovação destes planos resulta também da execução do Plano Estratégico, simultaneamente com o Plano de Urbanização.

Quanto à questão da "Casal" a Câmara tem estado atenta no sentido de arranjar uma solução que viabilize financeiramente a empresa, sem que a mesma vá à falência, e possa construir um empreendimento, agora mais moderno e com menor dimensão, desde que fosse possível fazer uma negociação com uma grande superfície para aquela zona, junto ao Feira Nova, portanto a Câmara está a dar todo o apoio no sentido de viabilizar a continuidade da empresa.

Relativamente aos terrenos em termos das Escolas particulares, a informação concreta que tem é esta: hoje, a própria Direcção Regional de Educação, acha ser viável a construção de uma Escola C+S, em St^a Joana e também em Eixo, admitindo as duas hipóteses para construção de Escolas naquelas duas localidades, inicialmente preferenciou St^a Joana, só que a Câmara sentiu e apoiou sempre a construção de uma Escola na Freguesia de Eixo. Tal opção é tomada em conjunto com o Sr. Presidente da Junta, com a população, é uma Escola privada, mas cujo ensino é totalmente gratuito, porque é com o acordo e com a cooperação do Ministério da Educação, é o Ministério da Educação que aprova esta Escola. A Câmara tem ajudado a comprar terrenos não só para empresas como também para Escolas, tendo em vista que as coisas andem mais depressa, não há portanto qualquer outra finalidade ou intenção.

Quanto ao Conselho Consultivo da Juventude, disse não ter conhecimento que tenha havido alteração.

Relativamente à Protecção Civil, reconheceu que a mesma ainda não está verdadeiramente equipada, e quando a Câmara o diz, pretende informar que naturalmente vai melhorar.

Sobre as desniveladas, informou que elas têm vindo a ser programadas pela CP e os protocolos são feitos com a DGTT e a Câmara Municipal comparticipa numa determinada percentagem. Os estudos passam pelas mãos da CP, e a informação que a Câmara tem é de que em 97 entrará um estudo relativo à desnivelada de Quintans sul e outro relativo a Cacia.

Finalmente quanto à iluminação decorativa tem sido talvez falta de atenção por parte da Câmara, todavia disse ser de opinião de que se pode concluir a segunda fase dos trabalhos.

Seguidamente no uso da palavra o Vereador Vítor Silva, disse ter estado presente na reunião sobre a Rede Natura 2000, e informou que a construção da barragem de Ribeiradio não é incompatível e vai ser contemplada, o que para a Câmara já é importante, quer em termos de abastecimento de água ao Carvoeiro, quer em termos até da própria regularização do Vouga.

Acrescentou também que a Rede Natura 2000, vai ser muito exigente e muito limitativa, contudo trata-se de um assunto em que todos os Presidentes de Câmara estão envolvidos, porém ainda não se sabe muito bem qual vai ser o resultado do debate sobre essa matéria.

Dado o adiantado da hora e não se registando mais intervenções o Sr. Presidente da Mesa deu por encerrada a presente reunião.

Eram 00,01 da manhã do dia 24.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta que, no que for omissa melhor poderá ser confrontada pela gravação elaborada, que vai ser assinada pelo Presidente e pelos Secretários nos termos legais.

António de Sousa Diniz Correia
Paula Alves
Emeto Carlos Rodrigues de Barros

Ao Cuidado do Sr.
Dr. Rorônio Neipão.

MOÇAS

A Assembleia Municipal de Múiro, reunida a 23 de Setembro de 1996, perante informações prestadas pelo Sr. Presidente da Câmara, relativa ao Plano Rodoviário 2000, deliberou:

1º SUBLINHAR A IMPORTÂNCIA QUE TEM, PARA O COMEÇO DE MÚIRO, A LÍPIA CONCLUSÃO DO ICA, NOMENADAMENTE DOS TROÇOS ENTRE VAGOS E MACEIA, BEM COMO A MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE CIRCULAÇÃO E SEGURANÇA DO ICS,

2º APRECAR AO GOVERNO E À ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA NO SENTIDO DA INCLUSÃO, NO ORÇAMENTO DE ESTADO PARA 1997, DAS VERBAS NECESSÁRIAS À EXECUÇÃO DAS REALIZAÇÕES, COM PRIORIDADE PARA A CONCLUSÃO DO ICA,

3º ENVIAR ESTA MOÇÃO AO 1º MINISTRO, AO MINISTRO DO EQUIPAMENTO, DO PLANEJAMENTO E DA ADMINISTRAÇÃO DO TERRITÓRIO E DOS GRUPOS PARLAMENTARES DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA.

Múiro, 23.9.96

Ass

Antônio Manuel dos Santos

Antônio Manuel dos Santos
Assessor

